

RELATÓRIO & CONTAS

2017




Braval
ecoparque

ÍNDICE

I – ÓRGÃOS SOCIAIS	5
II – RELATÓRIO DE GESTÃO	6
MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	7
INTRODUÇÃO	9
1. ATIVIDADE DA BRAVAL	12
1.1 Aspetos Fundamentais de 2017	12
1.2 Aterro Sanitário	12
1.3 Unidade de Tratamento Mecânico e Biológico	14
1.4 Recolha Seletiva	16
1.5 Estação de Triagem	22
1.6 Unidade de Valorização Energética do Biogás	26
1.7 Unidade de Produção de Biodiesel	28
1.8 Monitorização	30
1.9 Sensibilização	32
1.10 Sistema de Gestão Integrado – Qualidade, Ambiente e Segurança	40
2. INVESTIMENTO, FINANCIAMENTO E FUNDOS COMUNITÁRIOS	43
3. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA	48
4. FUNDO DE RENOVAÇÃO DO EQUIPAMENTO E FUNDO DE RECONSTITUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	55
5. RECURSOS HUMANOS	56
6. CAPITAL SOCIAL	62
7. OBJETIVOS PARA O ANO 2018	63
8. APLICAÇÃO DOS RESULTADOS	65
CONSIDERAÇÕES FINAIS	66
ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO	67
III – CONTAS	68
1. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	69
1.1 Balanço	69
1.2 Demonstração de Resultados por Natureza	70
1.3 Demonstração das Alterações no Capital Próprio	71
1.4 Demonstração dos Fluxos de Caixa	73
2. ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	74
2.1 Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados	74
IV – RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO	105
V – CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS	108



01 ÓRGÃOS SOCIAIS

ÓRGÃOS SOCIAIS

Os Órgãos Sociais da empresa BRAVAL – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, SA, apresentam a seguinte constituição:

Assembleia Geral

Presidente – Município de Póvoa de Lanhoso

Vice-Presidente – Município de Vieira do Minho

Secretário – Município de Amares

Conselho de Administração

Presidente – Dr. Rui Manuel de Sá Morais

Vogais – Dra. Ana Sílvia Barbosa Fernandes e Sr. Luís Jorge Amaro da Costa

Fiscal Único

Revisor Oficial de Contas – G. Castro, R. Silva, A. Dias & F. Amorim, SROC, Lda., representada pelo Dr. Gaspar Vieira de Castro

Suplente – Dr. Romeu José Fernandes da Silva



02 RELATÓRIO DE GESTÃO

MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

A Braval tem delineado um ambicioso projeto de investimento, sendo de realçar a otimização e reforço da rede de recolha seletiva, que também será um forte contributo para o alcance das metas de reciclagem. Este projeto de investimento foi objeto de uma candidatura ao cofinanciamento por parte do POSEUR, em Janeiro de 2016.

A aprovação da mesma, ficou condicionada a uma resposta da Comissão Europeia, devido a uma queixa de empresas portuguesas, contra o Estado Português, sobre desigualdade de concorrência na obtenção de fundos, no caso da BRAVAL e da EGF, por as mesmas terem participação privada no capital social, direta ou indiretamente, e constituindo assim um auxílio do Estado Português a estas empresas de Valorização de Resíduos.

Ultrapassada a questão, a referida candidatura foi aprovada em Outubro de 2017, e assim, novos investimentos e oportunidades estão já na órbita da Braval, tendo por base o fortalecimento e reforço da rede de recolha seletiva e triagem da Braval, no valor de 4,5M€.

No que diz respeito à atividade corrente, e no seguimento dos objetivos propostos nos últimos anos, os resultados alcançados pela empresa, em 2017, decorreram do rigoroso acompanhamento das operações, particularmente no que respeita ao controlo de custos e ao continuo esforço na renegociação e consolidação de créditos, com redução nos custos de financiamento, que permitiu a redução de 28% dos gastos de financiamento.

Na atividade de recolha seletiva, e durante o ano de 2017, a Braval recolheu cerca de 15.955 toneladas de resíduos recicláveis: as quantidades recolhidas de vidro foram de 6.384 toneladas, as quantidades recolhidas de papel/cartão ascenderam às 6.891 toneladas e as quantidades recolhidas de embalagens foram de 2.680 toneladas. A quantidade total de resíduos aumentou 3,35% relativamente a 2016, como se pode verificar nos quadros seguintes.

Após um ano da entrada em funcionamento da Unidade de Tratamento Mecânico e Biológico (UTMB), consideramos que 2017 foi um ano de consolidação operacional da nova unidade, destacando-se as melhorias introduzidas na produção do biogás que permitiu um maior e melhor aproveitamento na extração deste importante recurso energético renovável. Isto, da dificuldade de escoamento dos resíduos valorizáveis provenientes da recolha indiferenciada (ECAL e Plásticos Mistos) e a consequente incerteza nas contrapartidas financeiras.

No cômputo geral, apesar do condicionalismo ao investimento provocado pelo congelamento dos fundos comunitários no setor, consideramos que o ano de 2017 foi globalmente positivo, com um desempenho consistente e equilibrado na gestão dos recursos e no desenvolvimento de um projeto de valor acrescentado para todos os Stakeholders.

A entrada em funcionamento da linha do tratamento mecânico, permitiu a recuperação de 1.972 toneladas de resíduos recicláveis, que outrora eram destinadas ao aterro sanitário, permitindo assim, o desvio para a reciclagem/valorização de materiais.

O ano ficou também marcado pela selagem e impermeabilização do aterro que durante 19 anos recolheu total de 2.016.215 toneladas de resíduos dos 6 municípios da sua área de atuação. Tratou-se da primeira fase para o encerramento de mais um capítulo da história do Ecoparque, lançando-se assim, os primeiros passos para a futura recuperação paisagística daquele espaço.

Estes e outros sucessos só são possíveis devido ao enorme esforço feito por todas as trabalhadoras e trabalhadores, que foram inextinguíveis. Agradecemos o contínuo esforço e dedicação de todos eles, pelo seu empenho, enfrentando sempre novos desafios e, ajudando a construir com êxito a Braval, não só a do presente, mas também a do futuro.

É com motivação, responsabilidade, entusiasmo e dedicação que este novo Conselho de Administração pretende dar continuidade ao trabalho, desenvolvido pelo órgão de gestão cessante, norteado pela qualidade do serviço, tendo sempre em vista o princípio da solidariedade entre municípios, como pilar diferenciador no serviço prestado às nossas populações, e que aqui se reconhece publicamente. O nosso profundo agradecimento.

Aos munícipes que servimos, deixamos a garantia de poder contar com a Braval e com a sua gestão rigorosa, que se pretende eficaz e eficiente.

Finalmente, o registo de uma palavra também, aos clientes e fornecedores da empresa, aos órgãos sociais, designadamente à Mesa da Assembleia Geral, ao Fiscal Único e ao ROC, aos acionistas, à Entidade Reguladora do Setor e à Tutela Governamental, pelo espírito de permanente colaboração e apoio, o que constituiu um incentivo constante e determinante para o desempenho bem sucedido da nossa atuação.

INTRODUÇÃO

O Decreto-lei n.º 117/96, de 6 de agosto, criou o sistema multimunicipal de valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos do Baixo Cávado. Foi, então nesta data, constituída a sociedade BRAVAL – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A., constituída pela EGF – Empresa Geral do Fomento, S.A., e pelos municípios de Braga, Póvoa de Lanhoso e Vieira do Minho, sendo uma empresa concessionária do Ministério do Ambiente, para explorar o sistema atrás referido.

No final de 1999, deu-se a adesão da Resicávado à Braval, com a publicação do Decreto-lei n.º 471/99, de 6 de novembro, que veio complementar o Decreto-lei n.º 117/96, de 6 de agosto. O Decreto-lei n.º 471/99 alterou o anterior diploma, fazendo integrar no Sistema Multimunicipal de valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos do Baixo Cávado os municípios de Vila Verde, Amares e Terras de Bouro.

No ano de 2000, verificou-se a aquisição à EGF – Empresa Geral do Fomento, SA da sua parte do capital, pelas Câmaras Municipais de Póvoa de Lanhoso, Vieira do Minho, Amares e Terras de Bouro e pela AGERE - EM, louvando-as pelo esforço financeiro dispensado, como uma forma de prevenção de serviço público gerido sob forma empresarial.

A estrutura do capital social, encontra-se atualmente da seguinte forma:

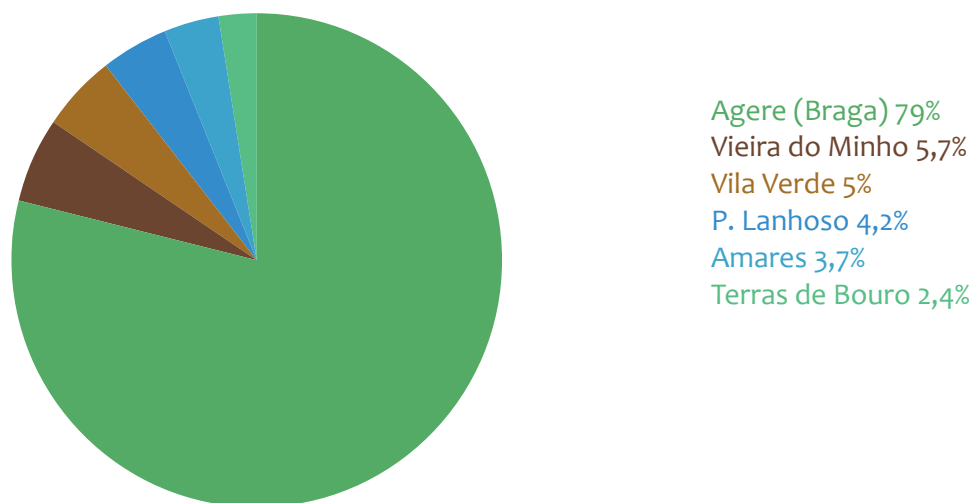


Gráfico 1 - Estrutura do capital social

O capital social no valor de 1.750.000€, integralmente subscrito e realizado, é representado por 350.000 ações da classe A, com o valor nominal de 5€ pertencentes, a 31 de dezembro de 2017, aos acionistas constantes no quadro seguinte.

Acionista	Número de Ações	%	Montante
Agere - EM	276 500	79,0%	1 382 500 €
Município Vieira do Minho	19 950	5,7%	99 750 €
Município Vila Verde	17 500	5,0%	87 500 €
Município Póvoa de Lanhoso	14 700	4,2%	73 500 €
Município Amares	12 950	3,7%	64 750 €
Município Terras de Bouro	8 400	2,4%	42 000 €
TOTAL	350 000	100,0%	1 750 000 €

Quadro 1 - Estrutura do capital social

O Sistema Braval abrange uma área total de 1.120,88 Km² e serve uma população estimada em 288.168 habitantes, que produz sensivelmente 93.000 toneladas por ano (em média, quase 1 kg por habitante/dia) de RSU

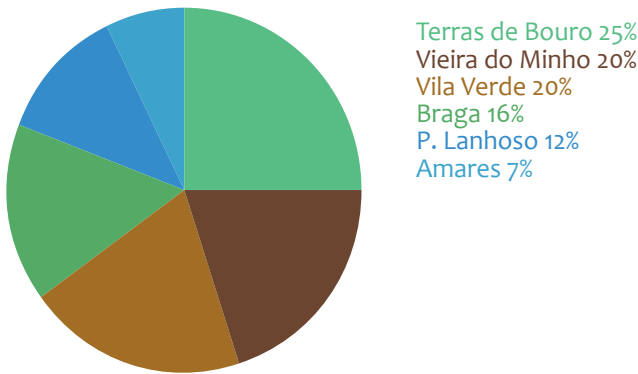


Grafico 2 - Área total (km²)

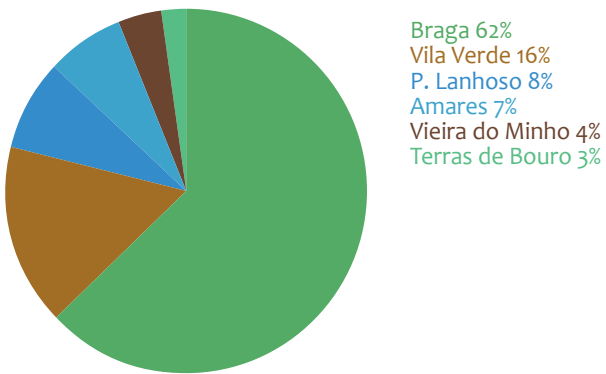


Gráfico 3 - População residente

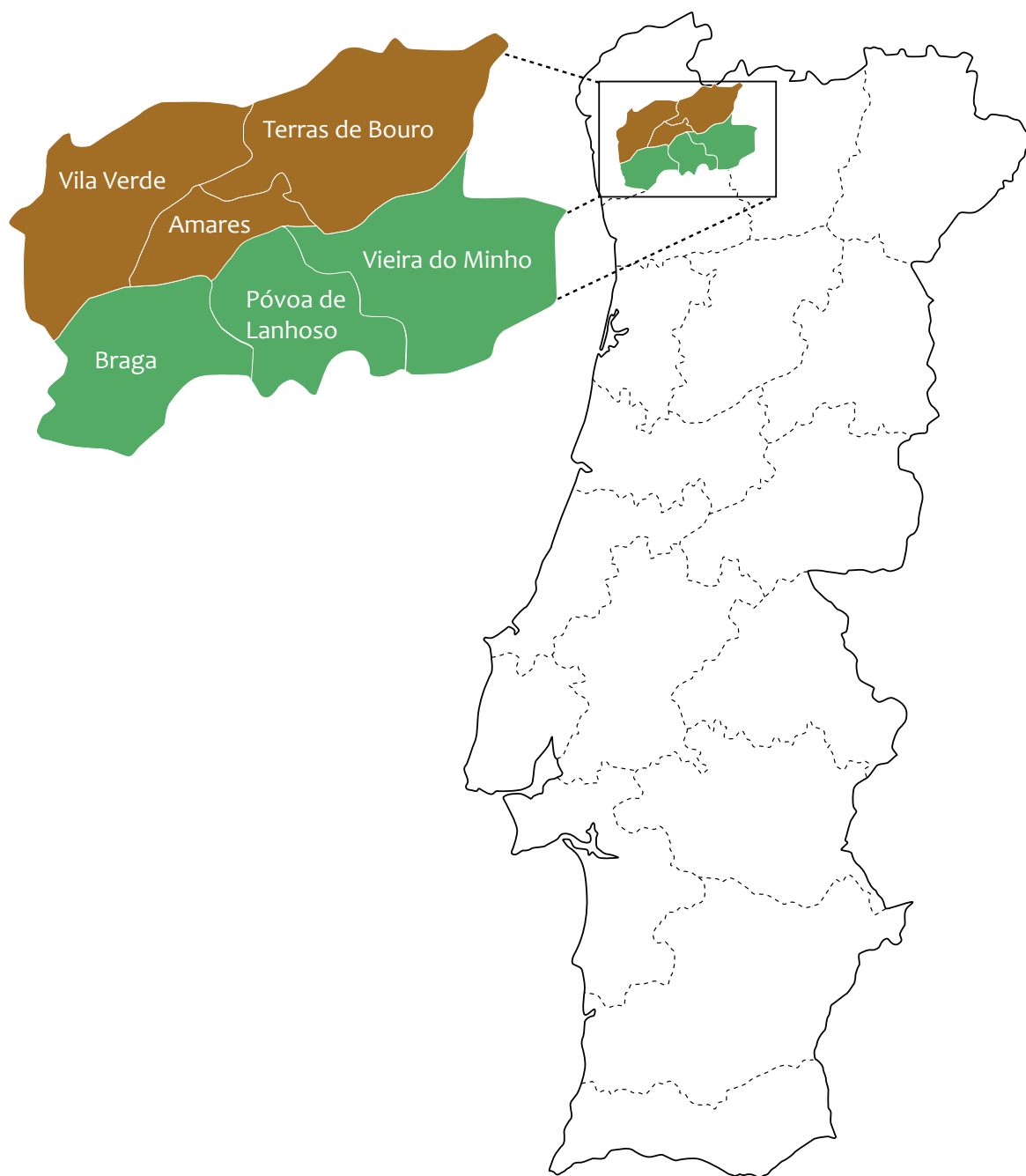


Foto 1 - Concelhos do Sistema Braval

1. ATIVIDADE DA BRAVAL

1.1 Aspetos Fundamentais de 2017

- Aprovação da candidatura ao POSEUR “Fortalecimento e Reforço da Rede de Recolha Seletiva e Triagem da Braval” no valor de 4.500.000€, que inclui:

- Aquisição de três viaturas da recolha selectiva;
 - 150 Ecopontos subterrâneos;
 - 200 Ecopontos de superfície;
 - Automatização da estação de triagem (papel);
 - Inclusão da fracção embalagem no tratamento mecânico.
-
- Aquisição de máquina pá de rodas pelo valor de 176.000€;
 - Aquisição de máquina giratória de rastros para o aterro sanitário por 166.000€;
 - Ligação do terceiro motor da cogeração com vista ao aumento da potência instalada;
 - Selagem do aterro sanitário construído em 1998 pelo montante de 269.170€;
 - Construção da vala para o correto encaminhamento dos lixiviados da unidade de tratamento mecânico e biológico.

1.2 Aterro Sanitário

Durante o ano de 2017, a receção de resíduos sólidos urbanos (RSU's), entregues pelos Municípios, rondou as 7.800 toneladas mensais, verificando-se, portanto, um acréscimo relativamente ao ano anterior.

A quantidade total de RSU's depositados diretamente em aterro, por Municípios e Entidades Privadas, foi de 18.776 toneladas, representado uma acentuada diminuição relativamente a 2016, uma vez que a Unidade de Tratamento Mecânico e Biológico (UTMB) se encontra em pleno funcionamento. Contudo, após aproveitamento dos resíduos valorizáveis na TM e digestão da fracção orgânica na TB, foram depositados em aterro cerca de 56.460 toneladas de refugos e 19.100 toneladas de resíduos compostados para cobertura, utilizados na selagem e recuperação ambiental da célula I do aterro sanitário e cobertura de resíduos da célula II.

O gráfico seguinte apresenta a evolução da quantidade de resíduos provenientes da recolha indiferenciada, depositada diretamente em aterro sanitário, por parte dos Municípios.

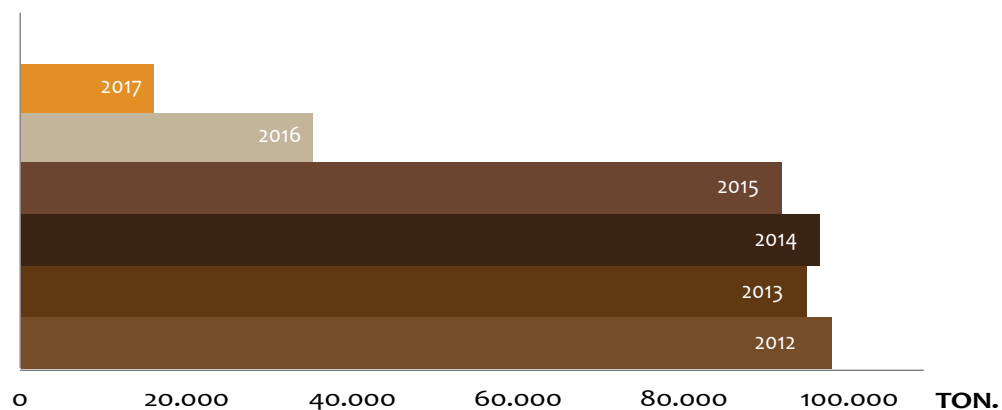


Gráfico 4 - Quantidade depositada em aterro pelos Municípios

No gráfico seguinte está representada a repartição por Município, do total dos resíduos entregues no Ecoparque Braval.

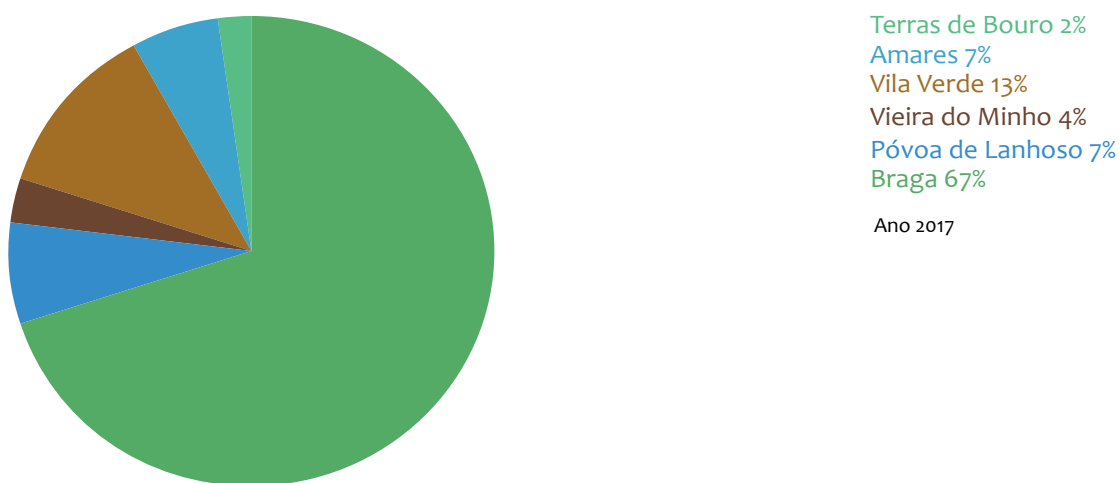


Gráfico 5 - Repartição por Municípios dos resíduos entregues no Ecoparque Braval

A maior contribuição é do município de Braga com 67%, seguindo-se o município de Vila Verde, com 13%.



Foto 2 - Ecoparque Braval

1.3 Unidade de Tratamento Mecânico e Biológico

Na Unidade de Tratamento Mecânico e Biológico (UTMB), durante o ano de 2017, foram rececionadas cerca de **78.630** toneladas provenientes dos 6 municípios do sistema. De salientar que foram transferidas para aterro, cerca de **56.460** toneladas de refugos provenientes da UTMB.

Além disso, foram utilizadas aproximadamente 19.100 toneladas de resíduos compostados para a cobertura do aterro sanitário.

A entrada em funcionamento da linha do tratamento mecânico, permitiu a recuperação de **1.972** toneladas de resíduos recicláveis, que outrora eram destinadas ao aterro sanitário, permitindo assim, o desvio da quantidade destinada a aterro para a reciclagem/valorização de materiais.

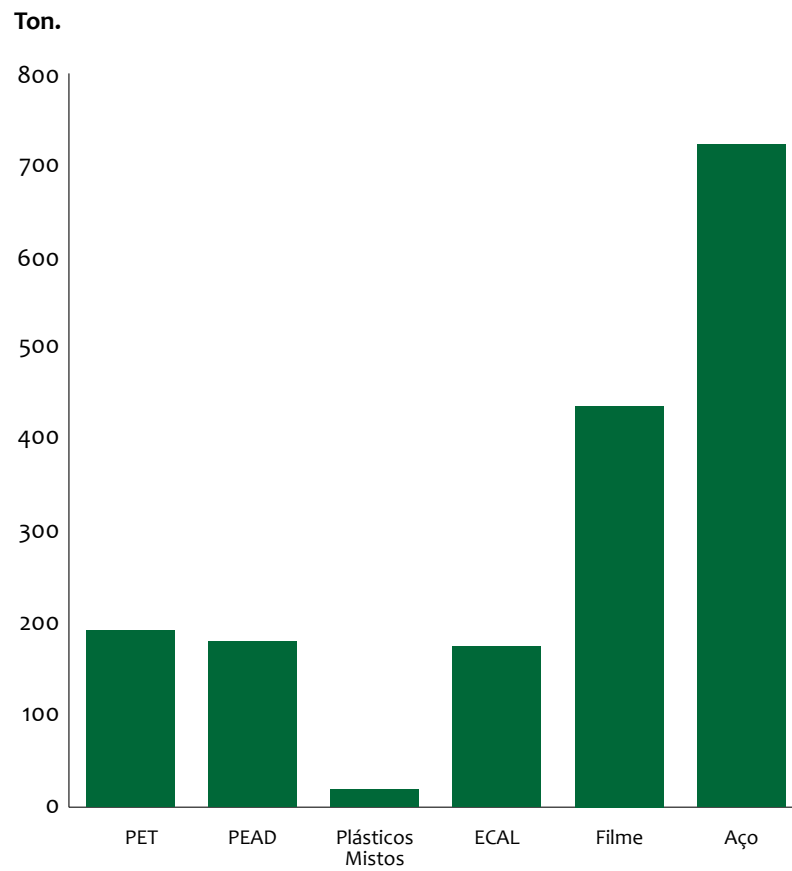


Gráfico 6 - Quantidade recuperada para valoração na UTMB

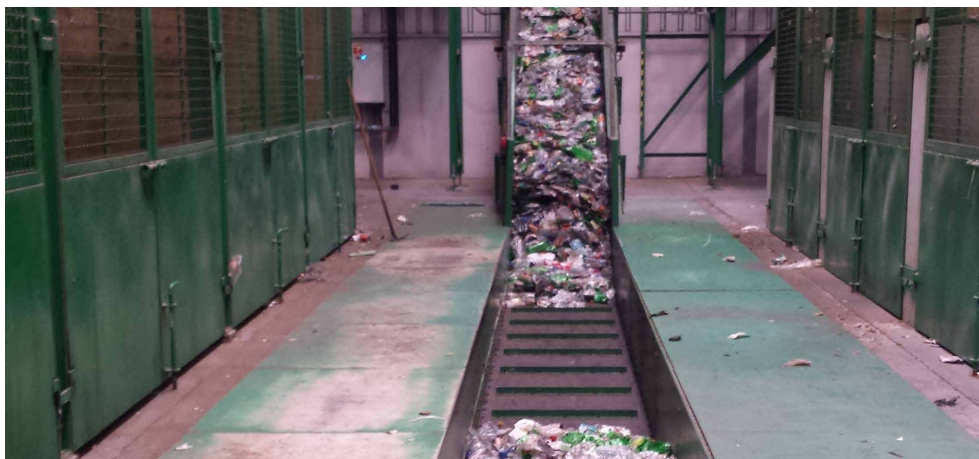


Foto 3 - UTMB

1.4 Recolha Seletiva

A recolha seletiva de materiais recicláveis detém, na sua frota atual, treze viaturas, nomeadamente: duas viaturas com capacidade de 25 m³ com caixa compactadora, três viaturas com capacidade de volume de 20 m³, tendo duas delas caixa compactadora, duas com capacidade de volume de 17 m³ e uma com 16 m³. Para a recolha nos circuitos urbanos, nas zonas históricas, existem três viaturas, duas viaturas com capacidade de 7 m³ e uma com capacidade de 9 m³.

Duas viaturas com capacidade de volume de 30 m³, uma das quais com contentor compactador, permitem, além da recolha seletiva em percursos mais alargados, o transporte de resíduos sólidos urbanos da Estação de Transferência de Vieira do Minho para o Aterro Sanitário da Serra do Carvalho e ainda, o transporte de águas lixiviadas da Estação de Tratamento.

Sucintamente, a atividade da recolha seletiva possui a seguinte frota de viaturas:

Número de Viaturas	Capacidade (m³)
2	25
3	20
2	17
1	16
2	7
1	9
2	30

Quadro 2 - Frota de recolha seletiva



Foto 4 - Viatura Recolha Seletiva

Para manutenção da rede de ecopontos (lavagem, substituição de peças e colocação), estão afetas outras duas viaturas adaptadas para o efeito.



Foto 5 - Viatura Manutenção Ecopontos

Relativamente à recolha de óleos alimentares usados (OAU), a Braval afeta a esta atividade uma viatura ligeira.

Desde o início deste tipo de recolha seletiva, em abril de 2008, a Braval angariou cerca de 21.000 clientes domésticos e 750 grandes produtores (restaurantes, cafés, etc.). No quadro abaixo pode ver-se a distribuição da quantidade de óleos alimentares usados recolhidos, por concelho, e por tipo de cliente.

Unidade: litros

Concelho	Doméstico				Hotelaria				Total				Total desde 2008
	2014	2015	2016	2017	2014	2015	2016	2017	2014	2015	2016	2017	
Amares	1 255	1 135	1 715	1 235	1 620	2 360	1 995	1 870	2 875	3 495	3 710	3 105	28 058
Braga	26 066	26 997	25 679	28 306	29 900	32 355	31 512	31 732	55 966	59 352	57 191	60 038	559 922
Póvoa de Lanhoso	1 095	1 427	1 779	1 461	3 570	3 450	3 880	3 485	4 665	4 877	5 659	4 946	54 019
Terras de Bouro	440	275	245	85	960	2 510	2 340	3 070	1 400	2 785	2 585	3 155	21 239
Vieira do Minho	902	0	2 080	70	1 860	660	150	740	2 762	660	2 230	810	26 467
Vila Verde	1 465	1 150	1 095	1 440	1 025	1 755	1 160	1 405	2 490	2 905	2 255	2 845	28 766
Total	31 223	30 984	32 593	32 597	38 935	43 090	41 037	42 302	70 158	74 074	73 630	74 899	718 471

Quadro 3 - Recolha de OAU

Em 2017, registou-se um aumento de 1,7% na quantidade total de OAU recolhidos. Este acréscimo verificou-se apenas a nível de hotelaria, ou seja, os grandes produtores. Já a nível doméstico manteve-se, registando-se apenas mais quatro litros recolhidos do que em 2016.



Foto 6 - Viatura Recolha Óleos Alimentares Usados

Quanto aos ecopontos (subterrâneos e de superfície), compostos por três contentores: vidro, papel/cartão e embalagens, estão distribuídos da seguinte forma, na via pública, pelos respectivos concelhos:

Concelho	Ecopontos Subterrâneos	Ecopontos Superfície	Total
Amares	17	72	89
Braga	444	230	674
Póvoa de Lanhoso	36	120	156
Terras de Bouro	9	51	60
Vieira do Minho	15	55	70
Vila Verde	32	114	146
Total	553	642	1 195

Quadro 4 - Distribuição dos Equipamentos de Recolha Seletiva



Foto 7 - Ecoponto de Superfície 1,5m³



Foto 8 - Ecoponto Subterrâneo com Pilhão

Na atividade de recolha seletiva, e durante o ano de 2017, a Braval recolheu cerca de 15.955 toneladas de resíduos recicláveis: as quantidades recolhidas de vidro foram de 6.384 toneladas, as quantidades recolhidas de papel/cartão ascenderam às 6.891 toneladas e as quantidades recolhidas de embalagens foram de 2.680 toneladas. A quantidade total de resíduos aumentou 3,35% relativamente a 2016, como se pode verificar nos quadros seguintes.

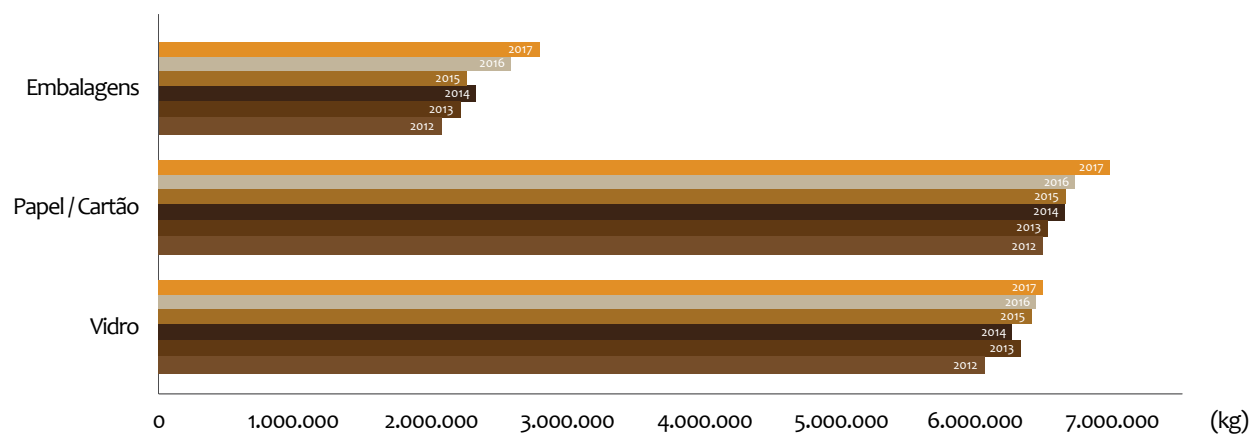


Gráfico 7 - Quantidade recolhida seletivamente

Ano	QUANTIDADE RECOLHIDA - RECOLHA SELETIVA					Unidade: Kg
	Vidro	Papel Cartão	Embalagens	Total	Δ %	
2012	5.967.720	6.250.980	1.914.200	14.132.900	-6,80%	
2013	6.225.080	6.258.200	2.010.560	14.493.840	2,55%	
2014	6.177.460	6.365.260	2.102.460	14.645.180	1,04%	
2015	6.282.220	6.372.520	2.086.000	14.740.740	0,65%	
2016	6.329.160	6.638.380	2.469.960	15.437.500	4,73%	
2017	6.384.080	6.891.220	2.679.620	15.954.920	3,35%	
Total desde 1999	90.126.209	85.511.153	24.494.247	200.131.609		

Quadro 5 - Recolha Seletiva - Quantitativos

Em 2017, a Braval entregou 7,4 toneladas de pilhas à Ecopilhas – Sociedade Gestora de Resíduos de Pilhas e Acumuladores e AMB3E – Associação Portuguesa de Gestão de Resíduos (entidade gestora da Rede Eletrão). Em 2016, a quantidade de pilhas entregue foi superior, no valor de 12 toneladas, houve um decréscimo de 38,3% comparativamente a 2016. Esta diminuição terá sido provocada pela diminuição das campanhas, nomeadamente a Escola Eletrão.

Relativamente à valorização de pneus, foram entregues 1.514 toneladas à Valorpneu – Sociedade de Gestão de Pneus, mantendo-se o valor muito aproximado ao valor entregue em 2016 de 1.507 toneladas.

A recolha de círios e velas, efetuada pela Braval, nos cemitérios dos 6 municípios foi de 74 toneladas, aumentando ligeiramente em relação a 2016, cujo valor foi de 71 toneladas.

Relativamente aos resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos (REEE), foram recolhidas 352 toneladas que após processo de triagem e acondicionamento, são encaminhadas para a entidade gestora, a AMB3E. Em 2016, a recolha de REEE ficou-se nas 254 toneladas, verificando-se assim um aumento de 98 toneladas. Este facto deve-se, essencialmente, ao protocolo com a AMB3E, em vigor para este tipo de recolha no distrito de Braga, incluindo a campanha Quartel Electrão.



Foto 9 - Ecocentro Pneus

1.5 Estação de Triagem

No que diz respeito à atividade da estação de triagem, verificou-se o seguinte em termos de quantidades enfardadas (toneladas):

Material	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Δ % 2016/2017
PET	305,70	301,78	293,90	327,69	343,68	309,23	-10,02%
PEAD	213,18	204,17	201,72	230,56	251,73	224,85	-10,68%
FILME	397,32	367,72	394,69	366,37	453,31	466,94	3,01%
EPS	14,51	15,24	15,47	16,28	16,35	17,85	9,17%
Plásticos Mistos	330,28	438,86	440,90	504,01	575,03	640,56	11,40%
PET Óleo	57,20	38,16	39,40	42,66	51,70	44,93	-13,10%
SUB-TOTAL	1.318,19	1.365,93	1.386,08	1.487,57	1.691,80	1.704,36	-88,33%
EMB. CARTÃO	2.570,56	2.090,60	1.979,63	2.354,20	2.520,34	2.512,54	-0,31%
MISTURA	1.739,11	1.512,70	1.473,07	1.406,15	1.421,35	1.503,19	5,76%
ECAL	271,98	222,87	193,29	178,12	192,78	197,37	2,38%
SUB-TOTAL	4.581,65	3.826,17	3.645,99	3.938,47	4.134,47	4.213,10	1,90%
FERROSOS	200,31	206,14	197,08	309,54	239,86	222,48	-7,25%
ALUMÍNIO	5,37	5,41	8,86	10,72	16,22	22,58	39,21%
SUB-TOTAL	205,68	211,55	205,94	320,26	256,08	245,06	-4,30%
TOTAL	6.105,52	5.403,65	5.238,01	5.746,30	6.082,35	6.162,52	1,32%

Quadro 6 - Estação de Triagem - Quantidades Enfardadas

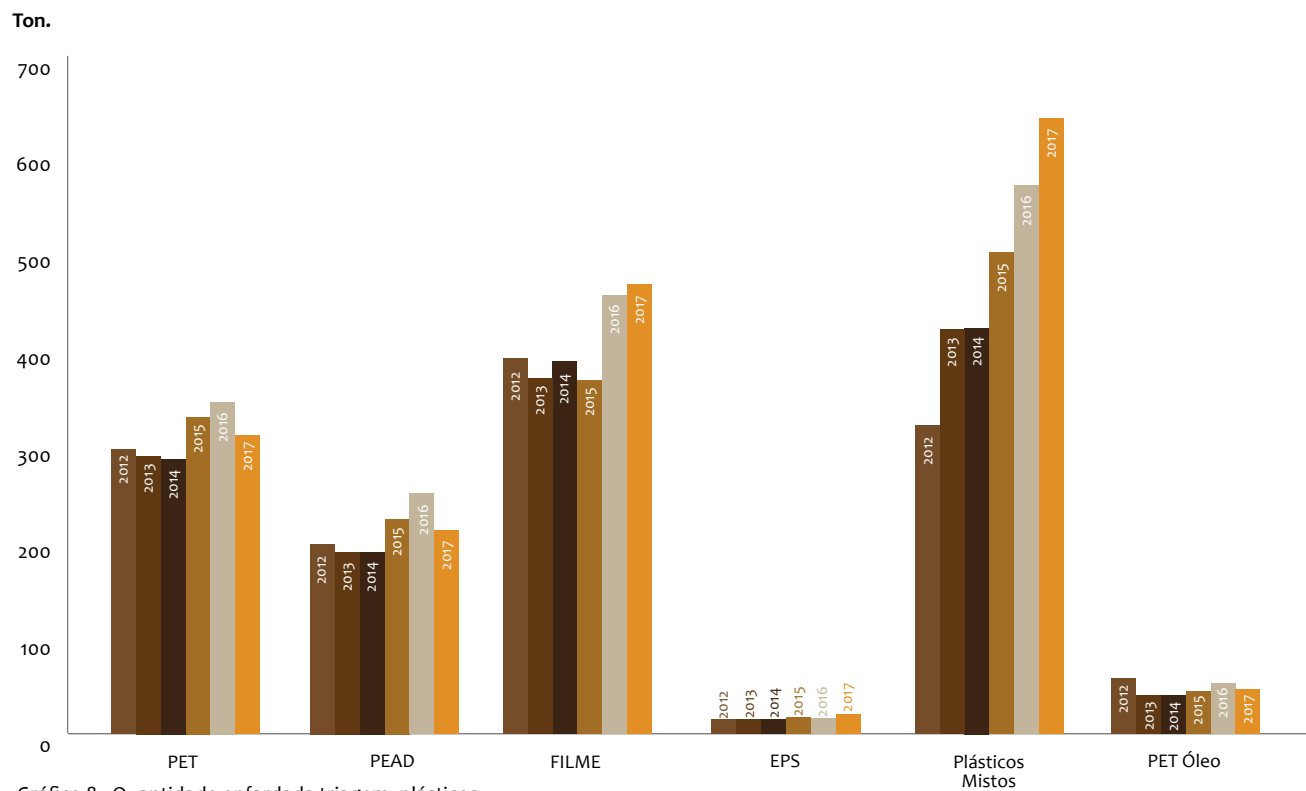


Gráfico 8 - Quantidade enfardada triagem: plásticos

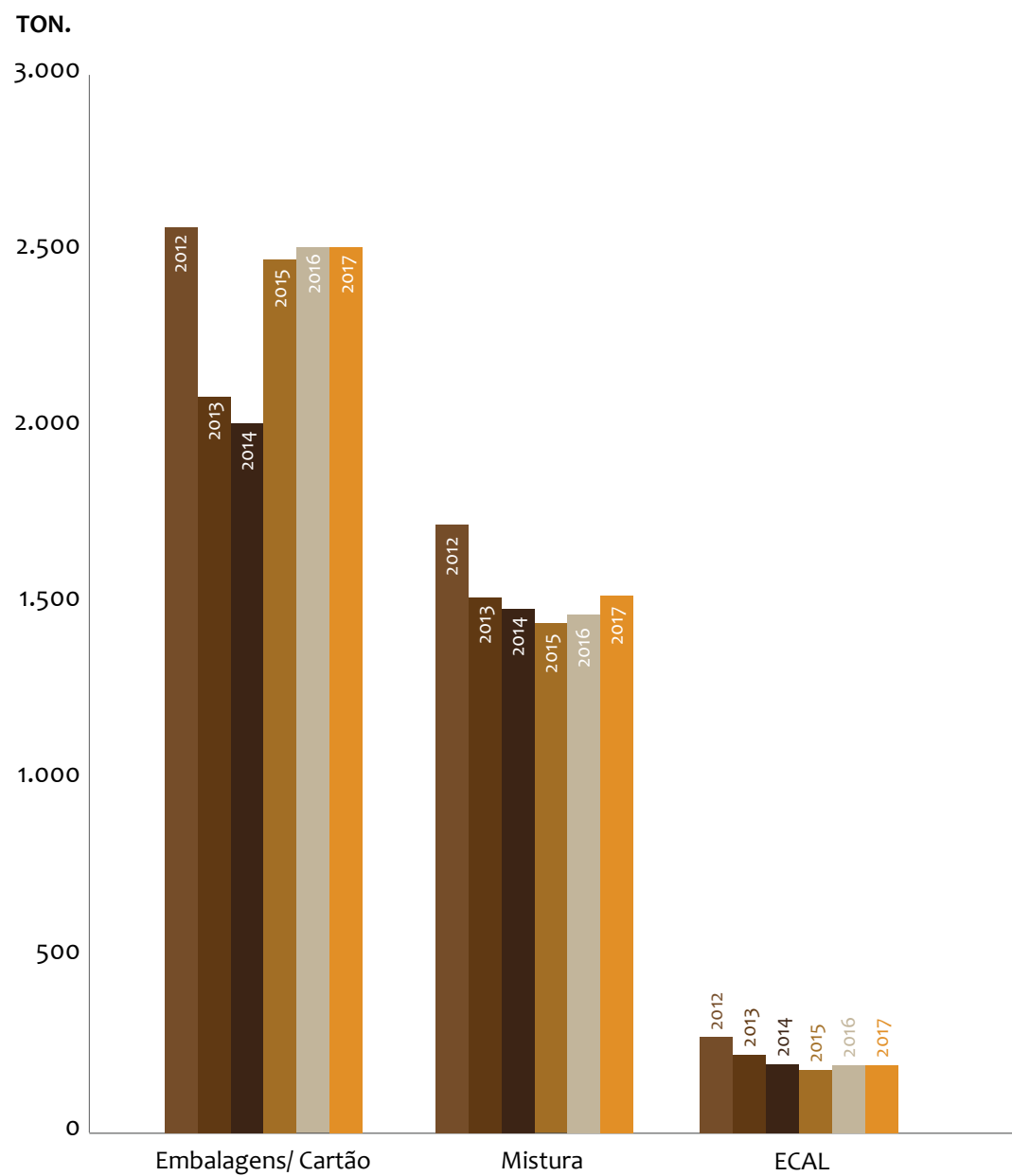


Gráfico 9 - Quantidade enfardada triagem: papel/cartão



Foto 10 - Estação de Triagem – exterior



Foto 11 - Estação de Triagem – interior

1.6 Unidade de Valorização Energética do Biogás

Em maio de 2010, entrou em funcionamento a Unidade de Valorização Energética do Biogás produzido no Aterro Sanitário. Mais tarde, em janeiro de 2016, entrou em funcionamento a Central de Valorização Orgânica (CVO). O biogás produzido na central é valorizado energeticamente numa nova unidade.

Estas duas unidades permitem a valorização do biogás produzido por decomposição orgânica dos resíduos urbanos biodegradáveis, tanto os depositados em aterro como os tratados por digestão anaeróbia controlada na CVO. Compreendem a extração do biogás, e sua utilização como combustível, em dois grupos motor gerador de potência elétrica 1.063 kW cada. A energia elétrica produzida é elevada a 15 kV e injetada na rede de distribuição da EDP, ao abrigo do estatuto do produtor em regime especial.



Foto 12 – Unidade de valorização energética do biogás

O seguinte quadro representa a quantidade de energia elétrica exportada das duas unidades, durante o ano de 2017.

Descrição - Ano 2017	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	Total
Energia Elétrica (kWh)	590 633	520 322	682 542	382 438	225 300	246 138	265 408	538 364	643 164	598 098	501 965	407 983	5 602 355

Quadro 7 - Valorização Energética de Biogás - Energia Exportada

O gráfico que se segue mostra a exportação de energia elétrica de 2012 a 2017.

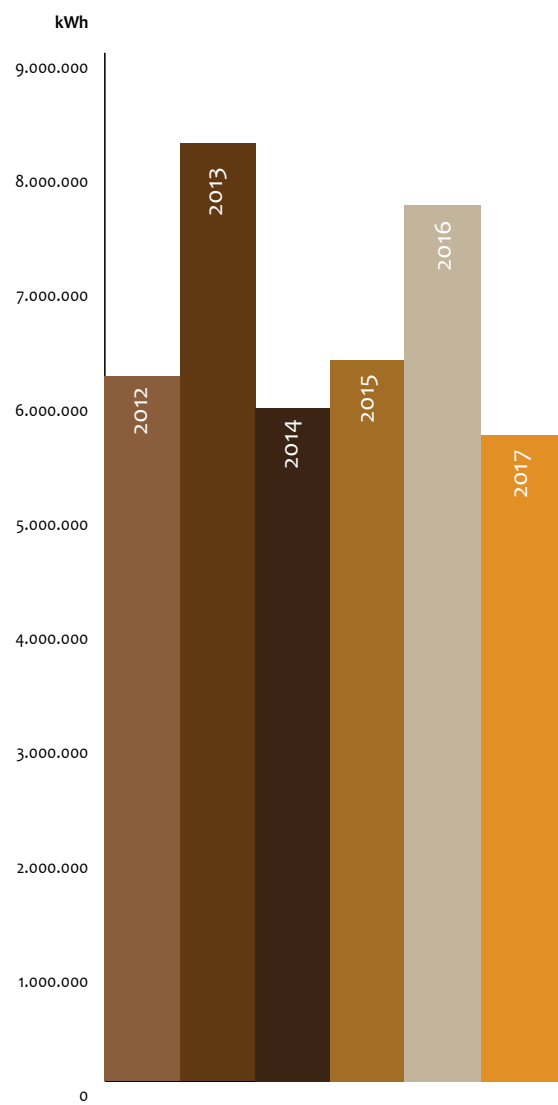


Gráfico 10 - Produção de energia elétrica

1.7 Unidade de Produção de Biodiesel

A Unidade de Produção de Biodiesel entrou em funcionamento em julho de 2010. Esta unidade permite o tratamento e valorização dos óleos alimentares usados (OAU) evitando, assim, a sua eliminação descontrolada em ETAR's e Aterros Sanitários, por exemplo, diminuindo os graves prejuízos ambientais implicados. Durante o ano de 2017, a Braval produziu 67.530 litros de biodiesel. Comparativamente a 2016, em que a produção foi de 58.850 litros, houve um aumento de 13%.

A quantidade de matéria-prima (OAU) recolhida, em comparação com 2016, também aumentou cerca de 3%. Além disso, apesar da qualidade do biodiesel se manter, registou-se um aumento da percentagem de resíduos presentes nos OAU recolhidos, havendo assim, necessidade de uma maior triagem e período de armazenamento de óleo.

O quadro que se segue apresenta os valores de biodiesel produzidos mensalmente na unidade durante o ano de 2017.

Unidade: litros													Total
Descrição	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	
Biodiesel produzido	9 000	6 000	9 000	4 000	2 950	3 000	5 000	6 000	6 000	8 000	6 800	5 000	70 750

Quadro 8 - Produção de Biodiesel

O gráfico seguinte mostra os quantitativos de biodiesel produzidos entre 2014 e 2017.

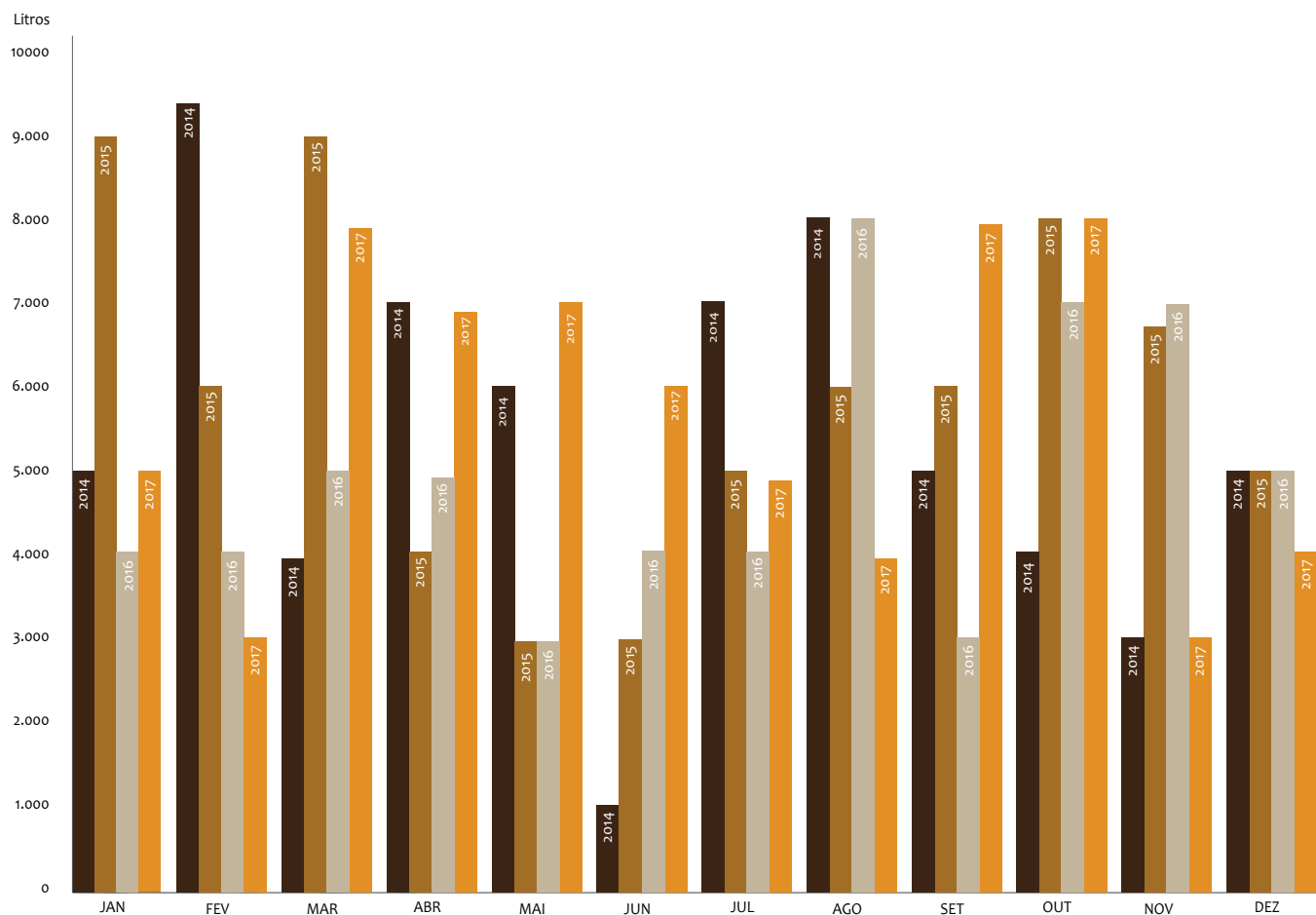


Gráfico 11 - Produção de Biodiesel

1.8 Monitorização

Ao abrigo do Decreto-Lei n.º 127/2013, de 30 de agosto, e Declaração de Retificação n.º 45-A/2013, de 29 de outubro, relativo ao regime de emissões industriais aplicável à Prevenção e Controlo Integrados da Poluição (REI), foi emitida a licença ambiental LA nº 596/0.1/2016 para a instalação Ecoparque BRAVAL.

As atividades PCIP reguladas por esta licença são as seguintes:

- Deposição em aterro de resíduos não perigosos – resíduos urbanos, incluída na categoria 5.4 do Anexo I do Diploma PCIP;
- Unidade de Tratamento Mecânico e Biológico/Central de Valorização Orgânica incluída na categoria 5.3 b) do Anexo I do Diploma PCIP.

Esta Licença Ambiental consiste numa “alteração substancial” nos termos do artigo 19.º do REI, sendo a presente licença emitida para a instalação no seu todo e substituindo a Licença Ambiental nº 14/2004, de 12 de maio de 2006, emitida para a instalação.

Como consequência desta e da posterior Licença de Operação de Deposição de Resíduos em Aterro n.º 1/2016, de 15 de março emitida pela CCRN-R, o plano de monitorização foi adaptado em abril de 2016, podendo ser resumido no quadro seguinte:

Tipo	Parâmetros	Periodicidade	
		Exploração	Encerramento
Águas Subterrâneas	Composição Níveis freáticos	Mensal / Semestral / Anual Mensal / Semestral	Trimestral / Anual Trimestral
Águas Superficiais	Composição	Trimestral / Semestral	Semestral
Lixiviados	Volume Composição	Mensal Mensal / Trimestral / Semestral	Trimestral Semestral
Lixiviado Pré-tratado	Volume Composição	Diário Mensal	Diário Semestral
Topografia do Aterro	Estrutura, composição Assentamento	Anual Anual	Anual Anual
Biogás	Composição	Mensal / Semestral	Mensal / Semestral
Efluentes Gasosos	Composição	De 3 em 3 anos	De 3 em 3 anos
Dados Meteorológicos	Composição	Diária	Diária / Mensal

Quadro 7 - Plano de monitorização



Foto 13 - Estação de Tratamento de Águas Lixiviadas - ETAL

Para a minimização do problema da ocorrência de odores na envolvente do aterro sanitário, a Braval já possui 4 sistemas de neutralização de odores: duas rampas de neutralização e dois canhões de aspersão. As rampas de neutralização de odores funcionam nas horas mais problemáticas do dia, ou seja, ao amanhecer e ao anoitecer, perfazendo um total diário de 10 horas, neutralizando assim, as moléculas de odores geradas em toda a zona envolvente do aterro sanitário.



Foto 14 - Rampa de neutralização de odores

Para minorar a ocorrência de picos de odores durante as diferentes horas do dia, a Braval continua a utilizar o sistema de neutralização móvel e mais direcionado para a origem dos odores, designado por canhão de aspersão.

O sistema mais recente é denominado Canhão de Aspersão Fixo, e tem como objetivo a minimização da ocorrência de odores, agora, na parte mais a norte do aterro sanitário.



Foto 15 - Canhão de Aspersão Fixo

1.9 Sensibilização

Como meio de sensibilização contínua, durante o ano de 2017, a Braval foi visitada por 1.747 pessoas, distribuídas por 45 visitas, numa média de 39 pessoas por visita.

Nestas visitas, para além duma explicação detalhada sobre a empresa, os participantes têm a oportunidade de ver o funcionamento da Estação de Triagem, bem como, o Aterro Sanitário e a Estação de Tratamento de Águas Lixiviadas, Ecocentro, Unidade de Valorização de Biogás e Biodiesel. Em 2017, algumas visitas incidiram também na Unidade de Tratamento Mecânico e Biológico.

Estas visitas tornam-se um excelente meio de sensibilização, pois permitem o contacto directo com a população, obtendo feedback, esclarecendo eventuais dúvidas e recebendo sugestões. Nas visitas são distribuídos panfletos informativos e o inquérito de satisfação, com 78,3% de respostas recebidas e 93,5% de satisfação (engloba respostas Satisfeito e Muito Satisfeito).



Foto 16 - Visita à Estação de Triagem

Cerca de 565 pessoas assistiram a 7 ações de sensibilização/palestras realizadas, numa média de 81 pessoas por sessão. Foram realizadas palestras no Estabelecimento Prisional de Braga, Regimento de Cavalaria n.º 6, Centro Social Vale do Homem, em Vila Verde, na associação Eco-Veiga e nas escolas EB1 de Gualtar, EB23 de Amares e EB23 Trigal de Santa Maria – Tadim, Braga.

Outros tipos de ações de sensibilização abrangeram cerca de 370 pessoas. No total, cerca de 2.682 pessoas foram atingidas diretamente pelas ações de sensibilização da Braval.

Durante todo o ano continuamos a distribuir kit's ecoponto e papelões a escolas e outras instituições.

Foram realizadas outro tipo de ações em espaços públicos, tais como: a presença na Expobiotec, na Universidade do Minho. Este evento, organizado pelo curso de Engenharia Biológica, contou com a participação de cerca de uma centena de alunos. Para além do espaço de exposição, os participantes participaram em speed meeting com a empresa, em pequenos grupos.

No Dia Mundial do Ambiente, 5 de junho, domingo, abrimos mais uma vez as portas do Ecoparque Braval às famílias, uma atividade que teve, mais uma vez, bastante adesão.

No âmbito da candidatura a Bandeira Azul, foram realizadas 3 visitas à Praia Fluvial de Adaúfe, Braga, durante a época balnear, com o objetivo de sensibilizar os veraneantes para a separação dos resíduos produzidos na praia e da existência de ecopontos para serem depositados.

Em 2017, a Braval assumiu, pela terceira vez a coordenação da Semana Europeia da Prevenção de Resíduos, na nossa área de abrangência, sob o tema “Dá-lhe uma nova vida!”, com o foco na reutilização.

Em 2017, a Braval tentou envolver o maior número de instituições, lançandolhes o desafio de realizarem ações, durante a Semana Europeia da Prevenção de Resíduos. O desafio foi aceite por 15 instituições, que desenvolveram 39 ações.

Mais uma vez, e apesar da nossa reduzida área de abrangência, a Braval foi a terceira região com mais ações registadas, em Portugal, o que muito nos orgulha.

Realizamos, uma vez mais, o seu Dia Aberto, iniciativa que esgotou as vagas disponíveis, com várias famílias que pretendem conhecer o destino dos seus resíduos. A Braval também se associou ao BUM - Braga Urban Market, um mercado mensal de artigos em segunda mão, que se realiza em Braga, uma vez que se inseria totalmente dentro do tema de 2017 “Dá-lhe uma nova vida!”.

A finalizar o ano, foi realizada, mais uma vez, a campanha de Natal “Os embrulhos também são prendas”, através da qual, oferecemos um kit ecoponto, uma Agenda 2018 e material informativo a quem entregou os seus resíduos recicláveis no Ecoparque Braval, entre 26 de dezembro e 6 de janeiro de 2017.

Em forma de conclusão, em 2017, o número de visitas voltou a aumentar, mais 5 visitas, mas que se traduziram em mais 474 visitantes. Em 2017, o maior número de visitas e de visitantes foi proveniente de escolas de 2º e 3º ciclo, de destacar também o aumento do n.º de visitas do Pré-escolar.

VISITAS

Instituição	N° Visitas	%	N° Visitantes	%
Pré-Escolar	12	26,7%	512	29,3%
EB 1	4	8,9%	165	9,4%
EB 2, 3	15	33,3%	735	42,1%
Secundário	1	2,2%	19	1,1%
Superior	1	2,2%	20	1,1%
Outros	12	26,7%	296	16,9%
Total	45	100%	1.747	100%

Quadro 8 - Caraterização das Visitas ao Ecoparque BRAVAL

7 palestras - 565 pessoas.

Média de visitantes por mês: 146 | Média de visitas por mês: 4

Média de pessoas por visita: 39 | Média de pessoas por palestra: 81

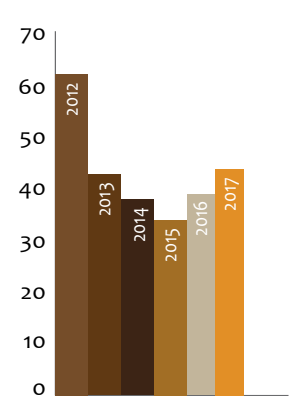


Gráfico 12 - N.º Visitas

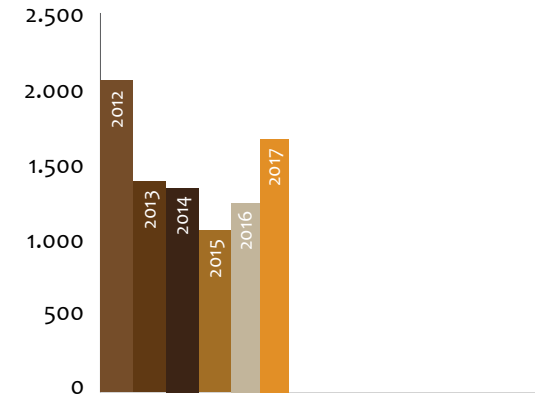


Gráfico 13 - N.º Visitantes

Página do Facebook

No final de 2017, a página de Facebook da Braval conta com 700 seguidores, mais 100 desde o início do mesmo ano. Em 2017, foram publicados 217 posts (mais 62 do que em 2016), com um alcance de 48.921 pessoas (mais 7.435 pessoas do que no ano anterior), que obtiveram 8.029 cliques/reações (mais 4.466 do que em 2016).

Regimento de Cavalaria n.º 6 – 17 de janeiro – Braga

Foi realizada uma palestra de sensibilização aos militares responsáveis pela logística do Regimento de Cavalaria n.º 6, nomeadamente para a separação de resíduos. Posteriormente, estes militares efetuaram também uma visita guiada ao Ecoparque Braval.



Foto 17 - Palestra Regimento de Cavalaria

Parceria CNE – Corpo Nacional de Escutas – março: entrega de materiais

Foram entregues três prémios aos agrupamentos que aceitaram a parceria com a Braval para a recolha de óleos alimentares usados. Os Agrupamentos de Dume, Mire de Tibães e Palmeira entregaram quase 1.500 litros de óleos alimentares usados. Para agradecer a colaboração foram oferecidos materiais de campismo.



Foto 18 - Parceria CNE

Expobiotec – Universidade do Minho – 23 de maio – Braga

Organizada pelo curso de Engenharia Biológica, a Expobiotec contou com a participação de cerca de uma centena de alunos. Para além do espaço de exposição, onde a Braval esteve presente durante um dia, os participantes participaram em speed meeting com a empresa, em pequenos grupos, com a duração de 10 minutos. Nestes encontros, foi efetuada uma apresentação breve da empresa e, posteriormente, os alunos colocaram as suas questões.



Foto 19 - Expobiotec

Dia Aberto – 4 de junho

De modo a assinalar o Dia Mundial do Ambiente, no dia 4 de junho, domingo, abrimos mais uma vez as portas do Ecoparque Braval às famílias, uma atividade que teve muita adesão.



Foto 20 - Dia Aberto - junho

Praia Fluvial de Adaúfe

Nos dias 18 de julho, 10 de agosto e 5 de setembro, a Braval, conjuntamente com o Município de Braga esteve na Praia Fluvial de Adaúfe, que obteve a Bandeira Azul, com o objetivo de sensibilizar os veraneantes para a separação de resíduos, entregando panfletos e alguns brindes.



Foto 21 - Ação de Sensibilização - Praia de Adaúfe

Semana Europeia da Prevenção de Resíduos – 18 a 26 de novembro

A Braval foi, pelo terceiro ano consecutivo, coordenadora da SEPR, na nossa área de abrangência. Em 2017, o evento decorreu sob o tema “Dá-lhe uma nova vida!”, com o foco na reutilização. A Braval tentou envolver o maior número de instituições, lançando-lhes o desafio de realizarem ações, durante a Semana Europeia da Prevenção de Resíduos: municípios, escolas, bibliotecas, entre outros. O desafio foi aceite por 15 instituições, que desenvolveram 39 ações. Mais uma vez, e apesar da nossa reduzida área de abrangência, a Braval foi a terceira região com mais ações registadas, em Portugal. A Braval realizou, uma vez mais, o seu Dia Aberto, iniciativa que esgotou as vagas disponíveis, com várias famílias que pretendem conhecer o destino dos seus resíduos.



Foto 22 - Dia Aberto - novembro

A Braval também se associou ao BUM - Braga Urban Market, um mercado mensal de artigos em 2ª mão, que se realiza em Braga, uma vez que se inseria totalmente dentro do tema de 2017 “Dá-lhe uma nova vida!”.



Foto 23 - BUM - Braga Urban Market

Agenda 2018

Como vem sendo habitual nos últimos anos, a Braval criou, produziu e distribuiu 2.000 exemplares de uma agenda personalizada, com conteúdos de sensibilização ambiental.



Foto 24 - Agenda Braval 2018

Campanha de Natal

Na época festiva, a Braval realizou uma vez mais a campanha “Neste Natal os embrulhos também são prendas”, oferecendo sacos-ecoponto, agendas 2018 e panfletos informativos a quem entregou resíduos recicláveis às instalações da empresa.



Foto 25 - Anúncio Sensibilização de Natal

1.10 Sistema de Gestão Integrado – Qualidade, Ambiente e Segurança

Em dezembro de 2009 a Braval obteve a Certificação por dispor de um Sistema de Gestão Integrado, nas vertentes de Qualidade, Ambiente e Segurança e Saúde no Trabalho, conforme as normas UNE-EN ISO 9001:2008, UNE-EN ISO 14001:2004 e OHSAS 18001:2007, respetivamente.

Certificado do Sistema de Gestão Segurança e Saúde no Trabalho

SST-0377/2009

AENOR, Associação Espanhola de Normalização e Certificação certifica que a organização

BRAVAL - VALORIZAÇÃO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, SA

dispõe de um sistema de Gestão de Segurança e Saúde no Trabalho conforme com a norma OHSAS 18001:2007 para as atividades:

Reciclagem Seletiva, triagem e armazenagem temporária de resíduos para valorização. Deposição em aterro sanitário de resíduos sólidos não perigosos. Produção de Biogás.

que se realizam em:

ATERRO SANITÁRIO RUA DO ATERRO, FERREIRA, PÓVOA DE Lanhoso - 4830-366 FERREIRAS PVA (Portugal); ESTÁÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE VETURA DO MINHO PARQUE INDUSTRIAL DAS CERDEIRINHAS - 4850-427 TABUAÇA (Portugal)

Data da primeira emissão: 2009-12-16
Data da última emissão: 2015-12-16
Data de validade: 2018-12-16

AENOR Associação Espanhola de Normalização e Certificação
Gómez, 6, 28004 Madrid, España
Tel: 902 302 200 - www.aenor.es
100 AENOR, Avenida de Boadilla, 1100 - P.O. BOX 1031090 Madrid - www.aenor.es

Este certificado foi emitido e validado a 2012-12-16

Certificado de Sistema de Gestão Ambiental

GA-2009/0850

AENOR, Associação Espanhola de Normalização e Certificação certifica que a organização

BRAVAL - VALORIZAÇÃO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, SA

dispõe de um sistema de Gestão ambiental conforme com a norma ISO 14001:2004 para as atividades:

Reciclagem Seletiva, triagem e armazenagem temporária de resíduos para valorização. Deposição em aterro sanitário de resíduos sólidos não perigosos. Produção de Biogás.

que se realizam em:

ATERRO SANITÁRIO RUA DO ATERRO, FERREIRA, PÓVOA DE Lanhoso - 4830-366 FERREIRAS PVA (Portugal); ESTÁÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE VETURA DO MINHO PARQUE INDUSTRIAL DAS CERDEIRINHAS - 4850-427 TABUAÇA (Portugal)

Data da primeira emissão: 2009-12-16
Data da última emissão: 2015-12-16
Data de validade: 2018-09-14

AENOR Associação Espanhola de Normalização e Certificação
Gómez, 6, 28004 Madrid, España
Tel: 902 302 200 - www.aenor.es
100 AENOR, Avenida de Boadilla, 1100 - P.O. BOX 1031090 Madrid - www.aenor.es

Este certificado foi emitido e validado a 2012-12-16

Certificado do Sistema de Gestão da Qualidade

ER-1683/2009

AENOR, Associação Espanhola de Normalização e Certificação certifica que a organização

BRAVAL - VALORIZAÇÃO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, SA

dispõe de um sistema de Gestão da qualidade conforme com a norma ISO 9001:2008 para as atividades:

Reciclagem Seletiva, triagem e armazenagem temporária de resíduos para valorização. Deposição em aterro sanitário de resíduos sólidos não perigosos. Produção de Biogás.

que se realizam em:

ATERRO SANITÁRIO RUA DO ATERRO, FERREIRA, PÓVOA DE Lanhoso - 4830-366 FERREIRAS PVA (Portugal); ESTÁÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE VETURA DO MINHO PARQUE INDUSTRIAL DAS CERDEIRINHAS - 4850-427 TABUAÇA (Portugal)

Data da primeira emissão: 2009-12-16
Data da última emissão: 2015-12-16
Data de validade: 2018-12-16

AENOR Associação Espanhola de Normalização e Certificação
Gómez, 6, 28004 Madrid, España
Tel: 902 302 200 - www.aenor.es
100 AENOR, Avenida de Boadilla, 1100 - P.O. BOX 1031090 Madrid - www.aenor.es

Este certificado foi emitido e validado a 2012-12-16

Foto 26 - Certificados Ambiente, Qualidade e Segurança

O Sistema de Gestão Integrado abrange as atividades de recolha seletiva, triagem e armazenagem temporária de resíduos para valorização e a deposição em aterro sanitário de resíduos não perigosos.

O Conselho de Administração da Braval, definiu e assume uma Política que se estrutura e desenvolve segundo as intenções e orientações a seguir descritas:

Melhoria contínua do desempenho da organização, numa estreita colaboração com os colaboradores e fornecedores,

- estabelecendo e comunicando objetivamente o desempenho esperado e
- controlando e analisando com rigor e sistematicamente, o cumprimento dos objetivos definidos, promover a interatividade ao nível da segurança e saúde no trabalho, assegurando o controlo operacional adequado dos fornecedores e subcontratados.
- promover uma gestão das diferentes atividades, focada no resultado, tendo em vista a sustentabilidade económica por atividade.

Satisfazer as expetativas e necessidades dos clientes,

- em pleno cumprimento dos requisitos do contrato de concessão,
- mantendo os princípios de boas relações com os Municípios, cumprindo com os requisitos de serviços acordados, melhorando a colaboração e transparência na informação e
- melhorando e respeitando os requisitos técnicos especificados para os produtos que resultam da atividade.

Promover a melhoria da conformidade dos produtos e serviços,

- privilegiando, sempre, as soluções de valorização relativamente às de deposição e confinamento técnico, efetuando o que estiver ao seu alcance para prevenir a poluição,
- cumprindo a legislação aplicável e outros requisitos que a BRAVAL subscreva,
- intervindo na recolha, tratamento, armazenagem e encaminhamento de “novos” resíduos, abrindo o leque de alternativas e ao serviço dos clientes e potenciais clientes e
- assegurando a transparência nos procedimentos de contratação com fornecedores e clientes.

Potenciar a motivação e pro-atividade na relação com os colaboradores,

- verificando e promovendo o desenvolvimento das competências necessárias e adequadas ao “saber fazer” e o “ato seguro”,
- incentivando ao envolvimento e à participação pessoal na discussão de novas soluções organizacionais e operacionais e
- privilegiando a melhoria contínua das condições de segurança e saúde no trabalho, obedecendo aos princípios gerais de prevenção cumprindo com o enquadramento legal e normativo.

Promover e participar ativamente na consciencialização e educação ambiental

- estabelecendo e dinamizando canais de comunicação corrente com a comunidade envolvente e
- sistematizando processos de informação associada à atividade e em particular para os seus clientes, entidades e organismos reguladores e fiscalizadores.

2. INVESTIMENTO, FINANCIAMENTO E FUNDOS COMUNITÁRIOS

Durante o presente exercício, dando continuidade ao plano inicialmente traçado, foram investidos 399.390,38€, cifrando-se agora o montante global, desde o início da atividade, em 51.579.998,01€.

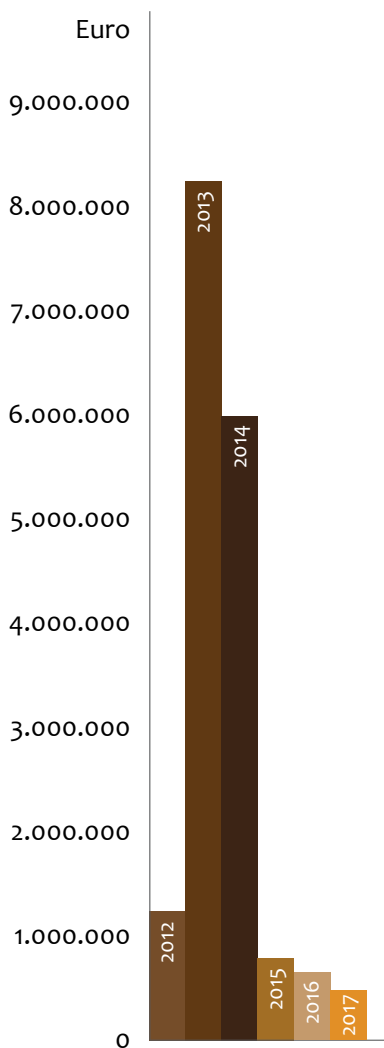


Gráfico 14 - Investimento

No decorrer de 2017, há a salientar o seguinte investimento:

Conduta Unidade TMB / ETAL

Para evitar os elevados custos com reparações das bombas que equipam a estação elevatória de saneamento/lixiviado existente no interior do Ecoparque BRAVAL, de encaminhamento dos efluentes da Unidade de Tratamento Mecânico e Biológico para a Estação de Tratamento de Águas Lixiviadas, foi iniciada a construção de conduta de ligação entre estas duas unidades, que permitirá o encaminhamento por via gravítica destes efluentes.

Reparação Ecopontos Vandalizados/Danificados

Em 2017, foi prosseguido o plano de substituição de ecopontos danificados, devido a atos de vandalismo, desgaste ou acidente.

Pá Carregadora de Rodas para Aterro Sanitário

Foi adquirida nova Pá Carregadora de Rodas, para funcionamento nas instalações do aterro sanitário e ecocentro, numa aquisição que envolveu a retoma do equipamento existente, que apresentava avançado desgaste, para paragens frequentes e elevados custos de manutenção.



Foto 27 – Pá Carregadora de Rodas

Prolongamento da Rampa de Colmatação de Odores

Foi ampliada a instalação de colmatação de odores, relativa à Unidade de Tratamento Mecânico e Biológico, de forma a completar o perímetro suscetível de emissão de odores desta instalação.



Foto 28 – Rampa Colmatação Odores

Em 2017, e relativamente aos Fundos Comunitários, não foram recebidos subsídios.

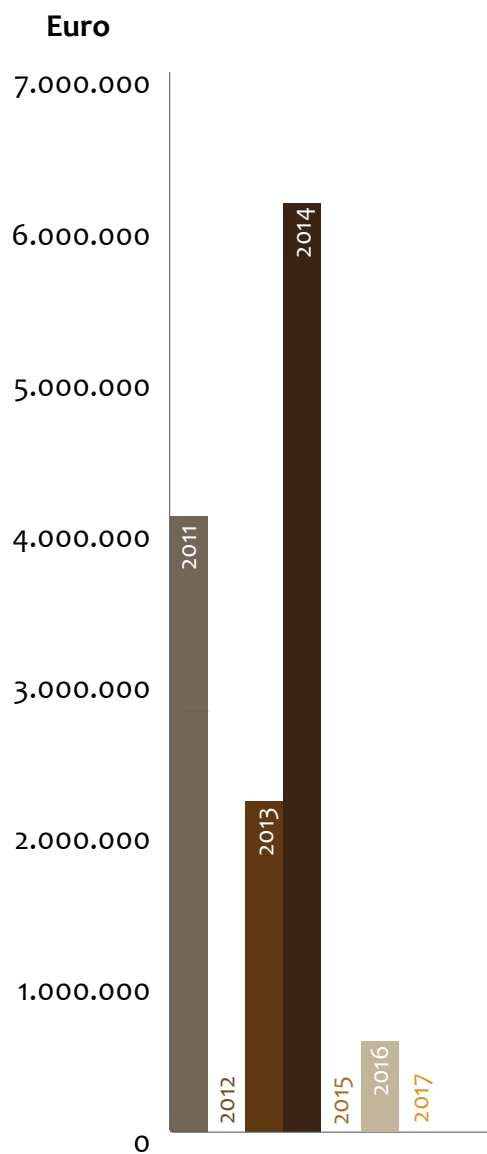


Gráfico 15 - Subsídios ao Investimento Recebidos

Durante o ano de 2017, houve necessidade de recorrer ao crédito bancário, através de contratos de abertura de crédito, no valor global de 2.000.000€. Estes créditos foram efetuados, essencialmente, no sentido de reformular a dívida, com condições mais vantajosa do mercado financeiro. De referir, também que, no presente ano, amortizaram-se empréstimos contraídos anteriormente, no valor total de 2.904.448,91€.

A 31 de dezembro de 2017 o montante acumulado de empréstimos obtidos cifrava-se nos 7.155.567,95€.

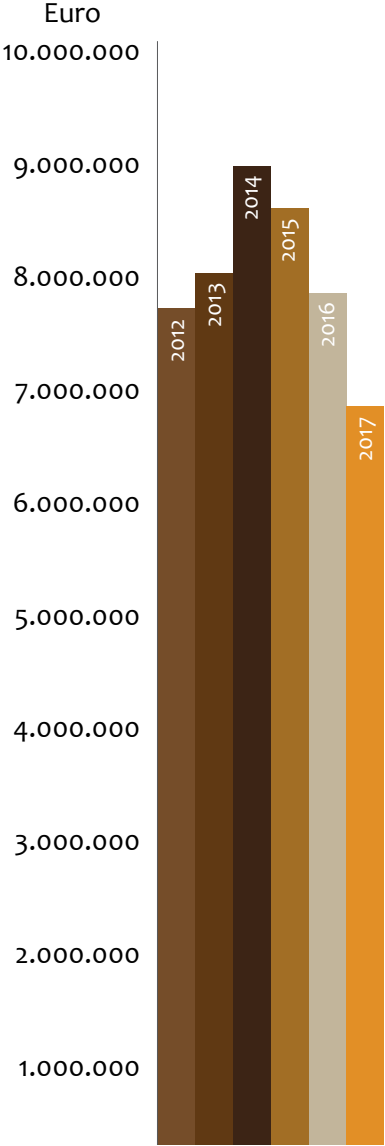


Gráfico 16 - Empréstimos Obtidos

3. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

Em 2017 foram praticadas, por tonelada, as seguintes tarifas:

	Unidade: euro
RSU's (Municípios)	16,87
RINP's	39,50
RSU's	33,00
Resíduos Biodegradáveis de Jardins e Parques	6,00
Resíduos Inertes de Construção	13,00

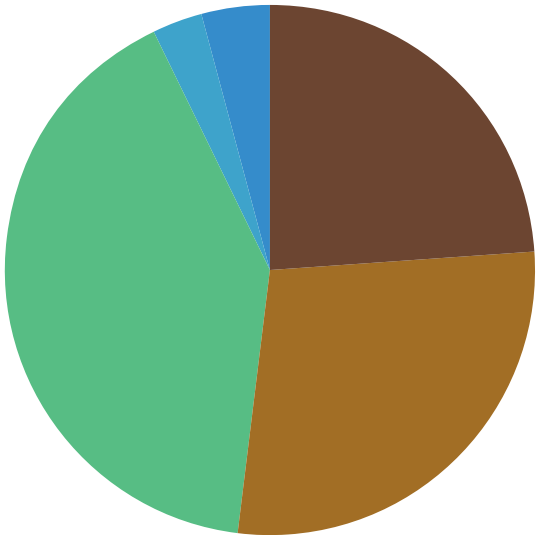
Quadro 9 - Tarifas praticadas

Relativamente aos **Gastos**, em 2017, ascenderam a **7.220.115,97€**. Verificouse uma diminuição significativa nas rubricas Gastos e perdas de financiamento e Outros gastos em relação a 2016. De salientar, a redução de 28,15% nos gastos de financiamento, devido à reestruturação e diminuição da dívida bancária da empresa. No quadro seguinte, estão destacadas as seguintes rubricas:

Descrição	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Δ% 2016/2017
Fornecimentos e serviços externos	1 591 094,88	1 898 703,58	1 585 822,92	1 478 220,98	1 732 502,27	1 707 212,52	-1,46%
Gastos com o pessoal	1 807 151,60	1 710 796,90	1 635 571,43	1 587 031,73	2 030 229,86	2 193 029,95	8,02%
Gastos de depreciação e de amortização	1 511 941,82	1 344 538,68	1 190 592,19	1 092 212,49	2 915 748,11	2 953 571,31	1,30%
Gastos e perdas de financiamento	341 575,18	468 737,39	454 771,62	298 553,46	182 832,09	131 371,88	-28,15%
Outros gastos	273 148,64	282 493,49	319 242,75	279 601,37	297 046,56	234 930,31	-20,91%
Gastos Totais	5 524 912,12	5 705 270,04	5 186 000,91	4 735 620,03	7 158 358,89	7 220 115,97	0,86%

Quadro 10 - Gastos - Distribuição por Rubricas

O gráfico que se segue mostra a repartição por cada rubrica no total dos gastos e perdas:



Ano 2107

Fornecimentos e serviços externos 24%

Gastos com o pessoal 30%

Gastos de depreciação e amortização 41%

Gastos e perdas de financiamento 2%

Outros Gastos 3%

Gráfico 17 - Repartição Gastos e Perdas

Quanto aos **Rendimentos**, que em 2017 perfizeram um montante global de **7.327.591,55€**, convém destacar o **volume de negócio**, que registou um valor total de **5.493.152,49€**, verificando-se assim, uma subida de 112.084,07€ comparativamente com o ano anterior. As maiores subidas absolutas registaram-se, na retoma do aço, plásticos mistos e papel/cartão, como se pode verificar no quadro seguinte.

Unidade: euro

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Var.% 2016 2017
Vidro	233 777,46	250 116,71	252 548,39	294 545,73	365 704,24	323 775,60	-11,47%
Papel/Cartão	466 830,88	427 207,02	397 224,04	413 684,01	519 069,62	720 649,94	38,83%
REEE's	30 848,27	27 126,59	25 452,16	27 164,59	62 399,23	65 544,87	5,04%
Plásticos							
PET	270 821,76	253 291,53	260 387,28	249 987,66	300 869,74	318 370,34	5,82%
PEAD	163 213,76	159 084,40	160 765,60	157 648,48	186 627,90	204 864,62	9,77%
EPS	12 535,68	12 752,36	12 314,24	11 838,44	12 737,34	13 858,42	8,80%
Filme	286 890,56	270 632,72	305 120,72	240 197,26	360 656,30	368 717,19	2,24%
Plásticos Mistos	84 005,60	108 853,50	90 258,00	115 243,10	138 380,90	401 056,39	189,82%
Sub-total Plásticos	817 467,36	804 614,51	828 845,84	774 914,94	999 272,18	1 306 866,96	30,78%
Aço	99 592,80	137 529,70	93 749,12	173 993,92	151 928,82	273 333,60	79,91%
Alumínio	4 657,64	4 551,35	6 943,97	14 538,28	8 444,97	19 215,58	127,54%
Pneus	12 892,00	40 792,75	45 953,50	48 397,00	43 046,00	37 838,25	-12,10%
ECAL	170 554,08	170 395,85	137 762,21	119 277,41	146 988,44	129 568,41	-11,85%
Outros	28 079,55	5 327,78	17 193,36	15 973,70	4 567,23	7 538,80	65,06%
Cera	0,00	0,00	0,00	10 958,40	31 291,20	29 304,00	-6,35%
Biodiesel	36 931,21	39 551,49	35 124,23	37 859,85	35 579,30	48 157,20	35,35%
Produção Energia	666 446,60	924 969,47	628 196,77	663 499,03	816 484,23	596 964,10	-26,89%
TOTAL	2 568 077,85	2 832 183,22	2 468 993,59	2 594 806,86	3 184 775,46	3 558 757,31	11,74%

Quadro 11 - Vendas - Distribuição por Fileira

A descida de 26,89% na quantidade de energia produzida, foi essencialmente consequência da paragem da extração do biogás do Aterro Sanitário durante os meses de maio, junho e julho, uma vez que durante este tempo decorreram os trabalhos de selagem do Aterro. Nos últimos dois meses do ano, a produção de biogás da CVO também diminuiu significativamente, pois o processo esteve com alguns problemas na recirculação de percolado, diminuindo a sua eficiência.

De salientar que, nas **vendas**, que englobam a venda dos produtos para valorização e a venda de energia elétrica relativa à valorização energética do biogás produzido, verificou-se um acréscimo global de **11,74%**.

As **prestações de serviços**, que abrangem os resíduos entregues na Braval relativos à recolha indiferenciada, em 2017, decresceram 11,92% relativamente a 2016, uma vez que, para além de se ter verificado um aumento da quantidade entregue, a tarifa praticada aos Municípios diminuiu 2,49€ por tonelada, como se pode verificar no quadro que se segue:

Unidade: euro

Descrição	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Δ % 2016/2017
Vendas	2 568 077,85	2 832 183,22	2 468 993,59	2 594 806,86	3 184 775,46	3 558 757,31	11,74%
Prestações de Serviços	2 356 867,51	2 375 606,31	2 317 916,08	2 193 095,42	2 196 292,96	1 934 395,18	-11,92%
Outros rendimentos e ganhos	568 936,65	661 194,60	528 580,39	553 566,89	1 872 582,70	1 882 581,03	0,53%
Outros rendimentos	80 259,37	75 064,21	69 531,95	111 636,05	177 387,21	-48 141,97	-127,14%
Rendimentos Totais	5 574 141,38	5 944 048,34	5 385 022,01	5 453 105,22	7 431 038,33	7 327 591,55	-1,39%

Quadro 12 - Rendimentos - Distribuição por Rubrica

Da análise deste quadro verifica-se que a rubrica “Outros Rendimentos” teve uma acentuada diminuição, devido à Variação nos Inventários da Produção que encerrou o ano com uma variação negativa de 66.247,76€.



Gráfico 18 - Repartição Rendimentos e Ganhos

O gráfico seguinte apresenta a evolução do volume de negócios, ao longo dos anos.

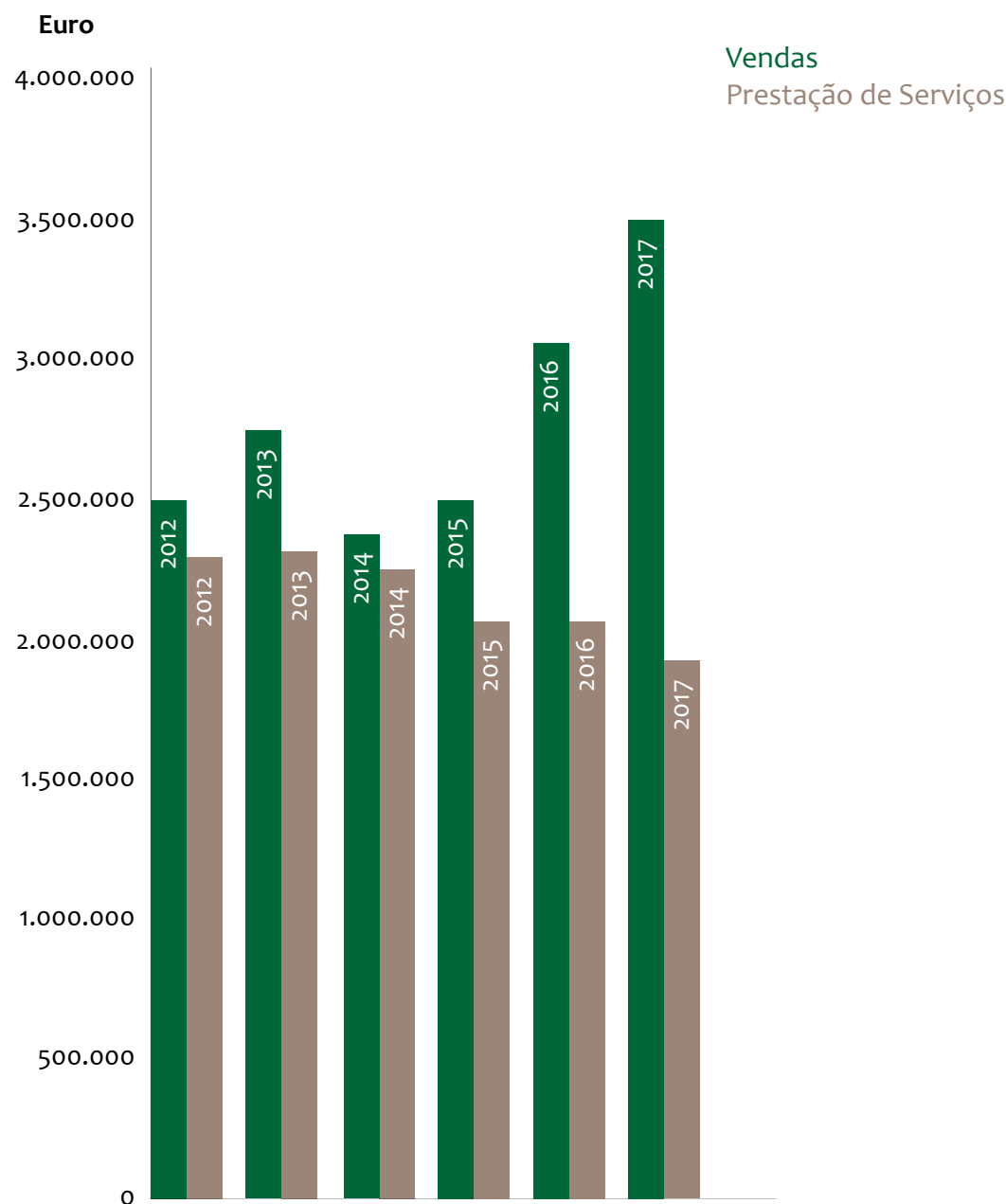


Gráfico 19 - Evolução Vendas e Prestação de Serviços

No presente exercício obteve-se um **Resultado Líquido** de **79.576,10€**, registando-se assim, uma diminuição no resultado comparativamente ao ano anterior.

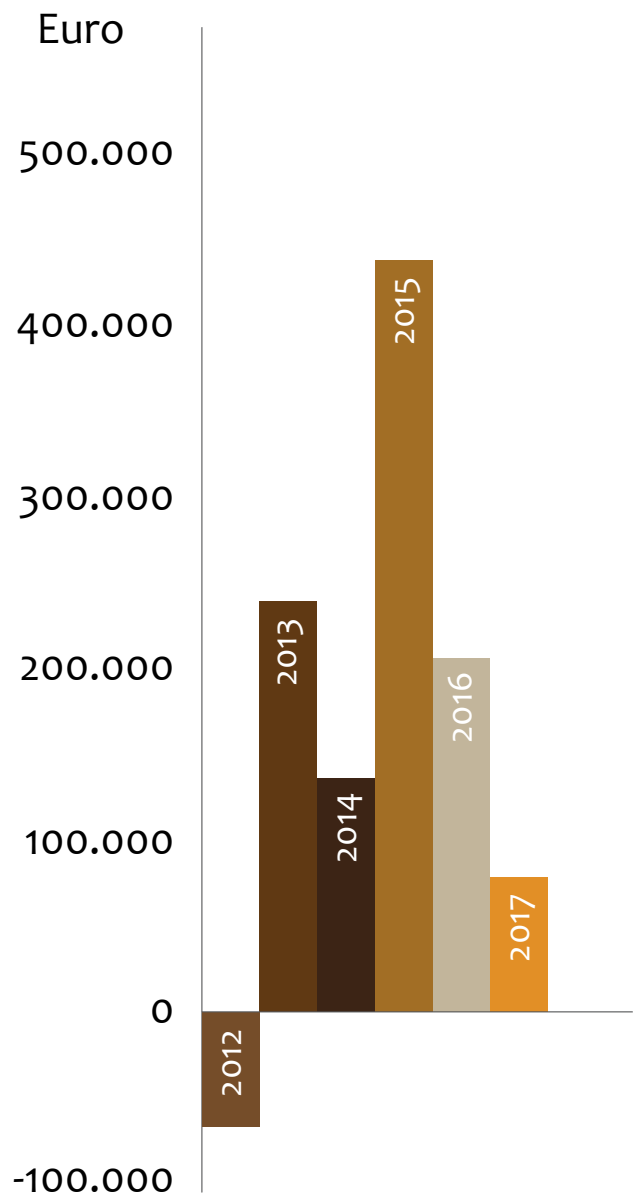


Gráfico 20 - Resultados Líquidos

Para finalizar a análise económico-financeira, o quadro abaixo sintetiza os principais indicadores, de 2012 a 2017:

Unidade: euro							
Descrição	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Δ % 2016/2017
Solvabilidade	91,49%	79,18%	93,42%	101,11%	92,62%	103,31%	11,55%
Autonomia Financeira	47,78%	44,19%	48,30%	50,28%	48,08%	50,81%	5,68%
Rendibilidade dos Capitais Próprios	-0,39%	1,46%	0,84%	2,68%	1,36%	0,49%	-63,90%
Volume de Negócios	4 924 945,36	5 207 789,53	4 786 909,67	4 787 902,28	5 381 068,42	5 493 152,49	2,08%
Empréstimos Bancários	7 962 412,33	8 398 391,13	9 305 248,31	8 929 404,01	8 209 618,82	7 400 767,11	-9,85%
Total do Ativo	33 283 955,94	36 401 773,14	33 843 712,75	32 775 707,30	30 868 709,99	31 989 465,67	3,63%
Total do Passivo	17 381 692,90	20 316 108,35	17 497 200,33	16 297 030,77	16 025 698,70	15 734 057,69	-1,82%
Capital Próprio	15 902 263,04	16 085 664,79	16 346 512,42	16 478 676,53	14 843 011,29	16 255 407,98	9,52%
EBIT	110 557,06	658 880,16	618 489,49	997 833,82	448 234,32	229 281,10	-48,85%
Resultado Líquido	(61 678,99)	234 369,45	137 269,83	440 907,00	201 260,32	79 576,10	-60,46%

Quadro 13 - Principais Indicadores Económico - Financeiros

Não existem dívidas em mora às Finanças e à Segurança Social.

4. FUNDO DE RENOVAÇÃO DO EQUIPAMENTO E FUNDO DE RECONSTITUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

As cláusulas 12.ª e 17.ª do contrato de concessão obrigam a empresa à constituição do Fundo de Renovação de Equipamento e do Fundo de Reconstituição do Capital Social assim que inicie a atividade de exploração.

De salientar que, relativamente ao Fundo de Renovação do Equipamento, a Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) propôs a aprovação e sequente publicação de um despacho onde está prevista a extinção do Fundo em causa. Consequentemente, a Braval optou pela sua não constituição.

A Administração considerou constituir, em 2017, o Fundo no valor de:

Unidade: euro	
Fundo de Reconstituição do Capital Social	80.818 €

Quadro 13 - Fundo de Reconstituição do Capital Social

5. RECURSOS HUMANOS

Em 31 de dezembro de 2017, a empresa tinha ao seu serviço **141** colaboradores. Em 2017 foram admitidos 13 colaboradores e verificaram-se 6 saídas.

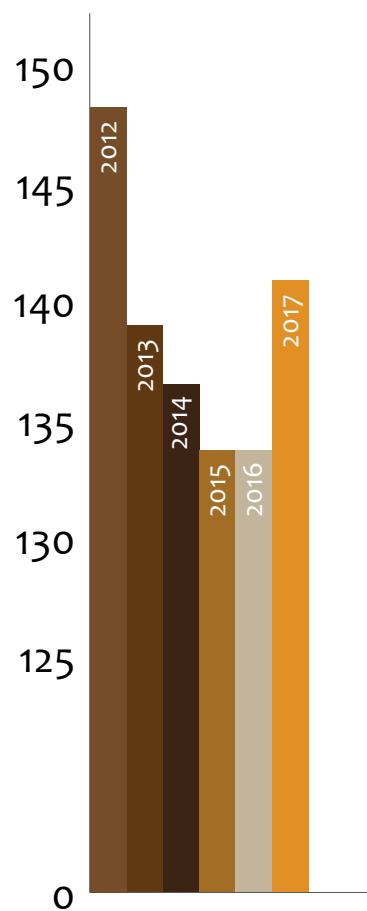


Gráfico 21 - Funcionários

A afetação destes profissionais, por área de atividade, foi a seguinte:

Atividade	Número Funcionários
Órgãos Sociais	1
Pessoal Sede	12
Aterro	10
REEE	2
Biodiesel	3
Estação de Transferência	1
Transporte de RSU's	1
UTMB	19
Recolha Seletiva - Transporte	36
Estação de Triagem	46
Ecopontos	4
Biogás	2
Círios	2
Ecocentro	1
ETAL	1

Quadro 14 - Recursos Humanos - Distribuição por Área de Atividade

A distribuição dos colaboradores por área de atividade torna claro que, no seu conjunto, o tratamento operacional de resíduos recolhidos seletivamente representa **66,66%** do quadro de pessoal da Braval.

A **nível etário**, verificou-se a seguinte distribuição dos colaboradores:

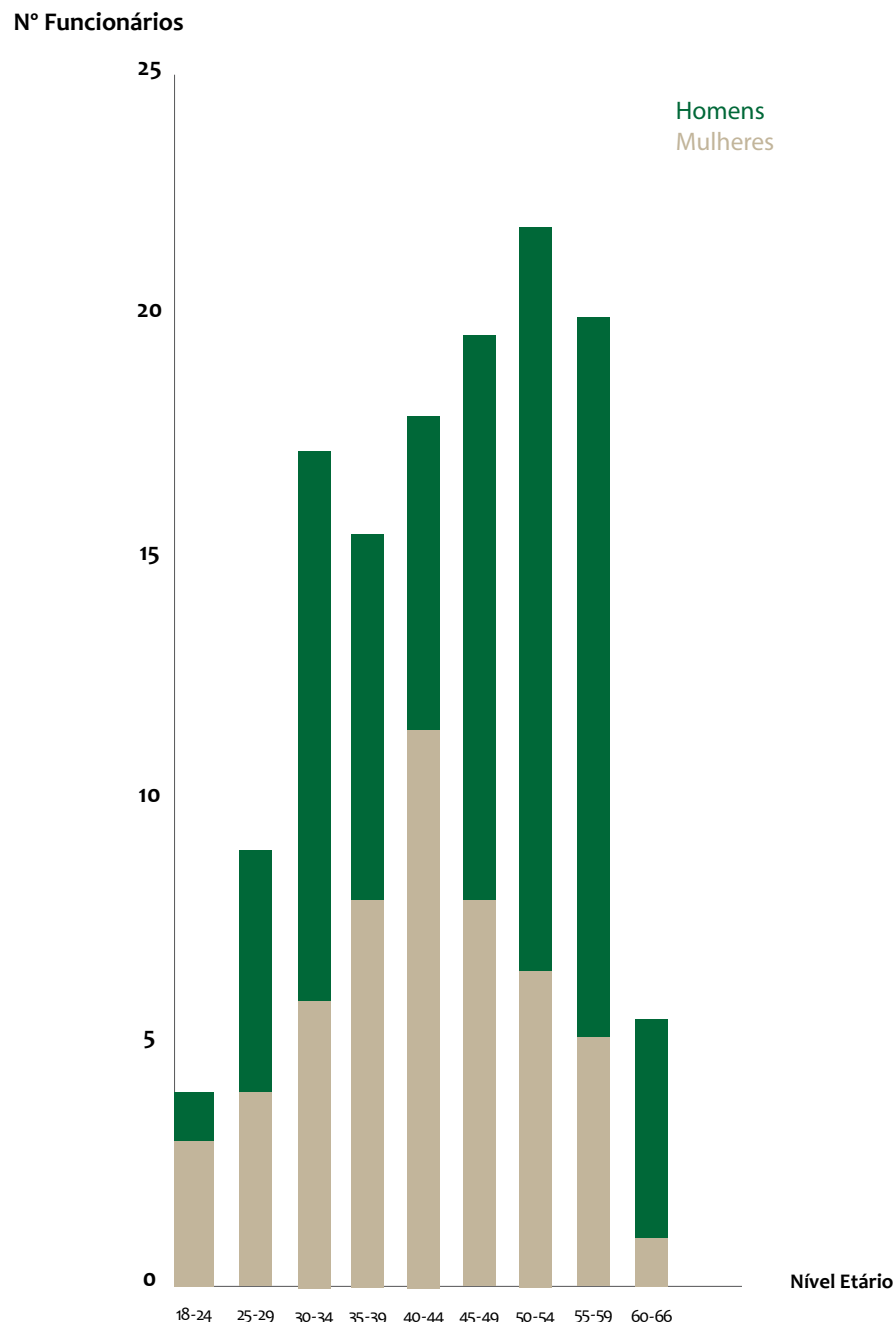


Gráfico 22 - Nível Etário Funcionários

Pela análise do quadro que se segue, o quadro de pessoal da Braval classifica- se como relativamente jovem, com uma média de idades de **44,7** anos.

Nível Etário	Mulheres	Homens	Total
18 - 24	0	2	2
25 - 29	4	6	10
30 - 34	7	11	18
35 - 39	10	10	20
40 - 44	12	5	17
45 - 49	8	11	19
50 - 54	8	16	24
55 - 59	8	16	24
60 - 66	0	7	7
Total	57	84	141

Quadro 15 - Recursos Humanos - Distribuição Etária e por Sexo

Quanto à **taxa de absentismo**, em 2017, foi de **8,4%**, registando-se assim, um acentuada diminuição de 7,1% face a 2016.

As baixas médicas, com 71,4% do peso na taxa, e as baixas de seguro, com 21,98%, foram as rúbricas que, mais contribuíram para a taxa de absentismo total no ano de 2017.

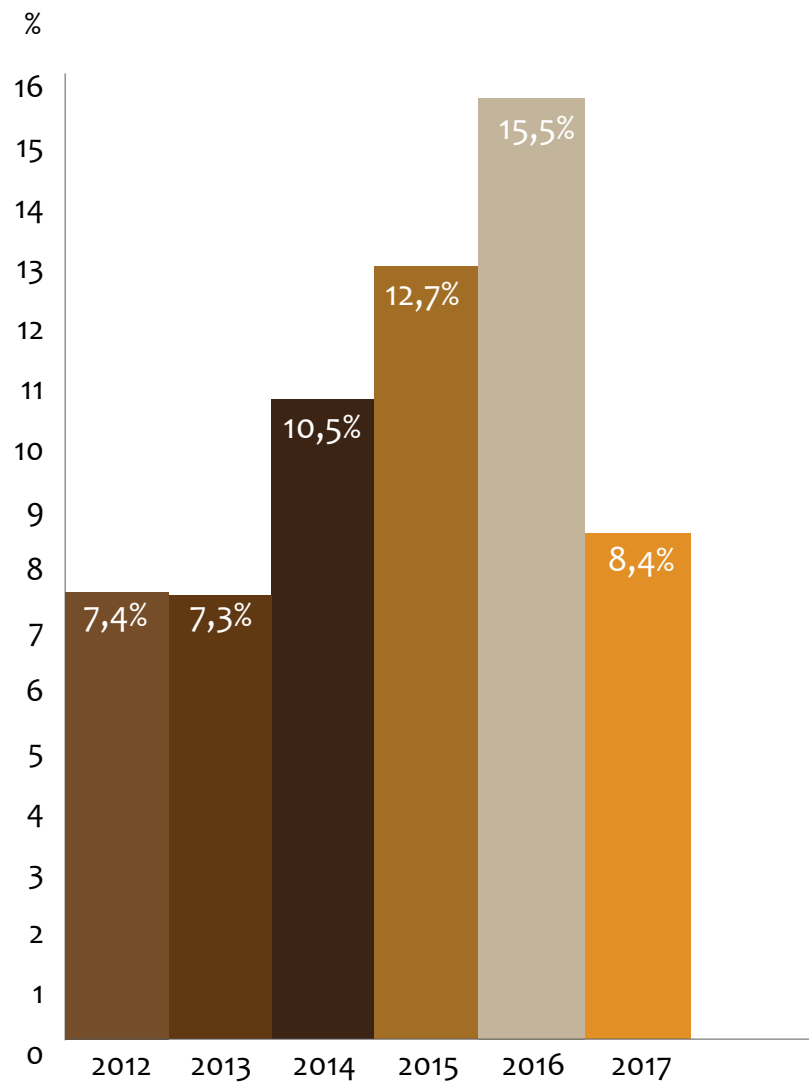


Gráfico 23 - Taxa de Absentismo

Relativamente às ações de formação, durante o ano de 2017 foram realizadas as seguintes ações:

- Instalações eléctricas - generalidades;
- Código dos contratos públicos;
- Ambiente, saúde e segurança no trabalho;
- Condução e manobra de equipamentos de carga e descarga;
- Técnicas de compostagem;
- Diretiva ATEX;
- Segurança e saúde no trabalho em atmosferas potencialmente explosivas;
- Operação e manutenção de máquinas.

Em 2017 ocorreram inúmeras ações de sensibilização interna, nomeadamente: Integração de colaboradores, Manutenção do processo aeróbio, Sensibilização/informação do Posto de Trabalho, Riscos associados à Unidade de REEE's e Medidas de Autoproteção.

É importante referir que o levantamento de necessidades que deu origem ao programa de formação foi efetuado por entidade externa num modelo da mesma entidade e em 2018 vai ser efetuado um novo levantamento de necessidades.

6. CAPITAL SOCIAL

O Capital Social desta empresa tem-se mantido inalterado desde 2002.

O histórico do Capital Social é o seguinte:

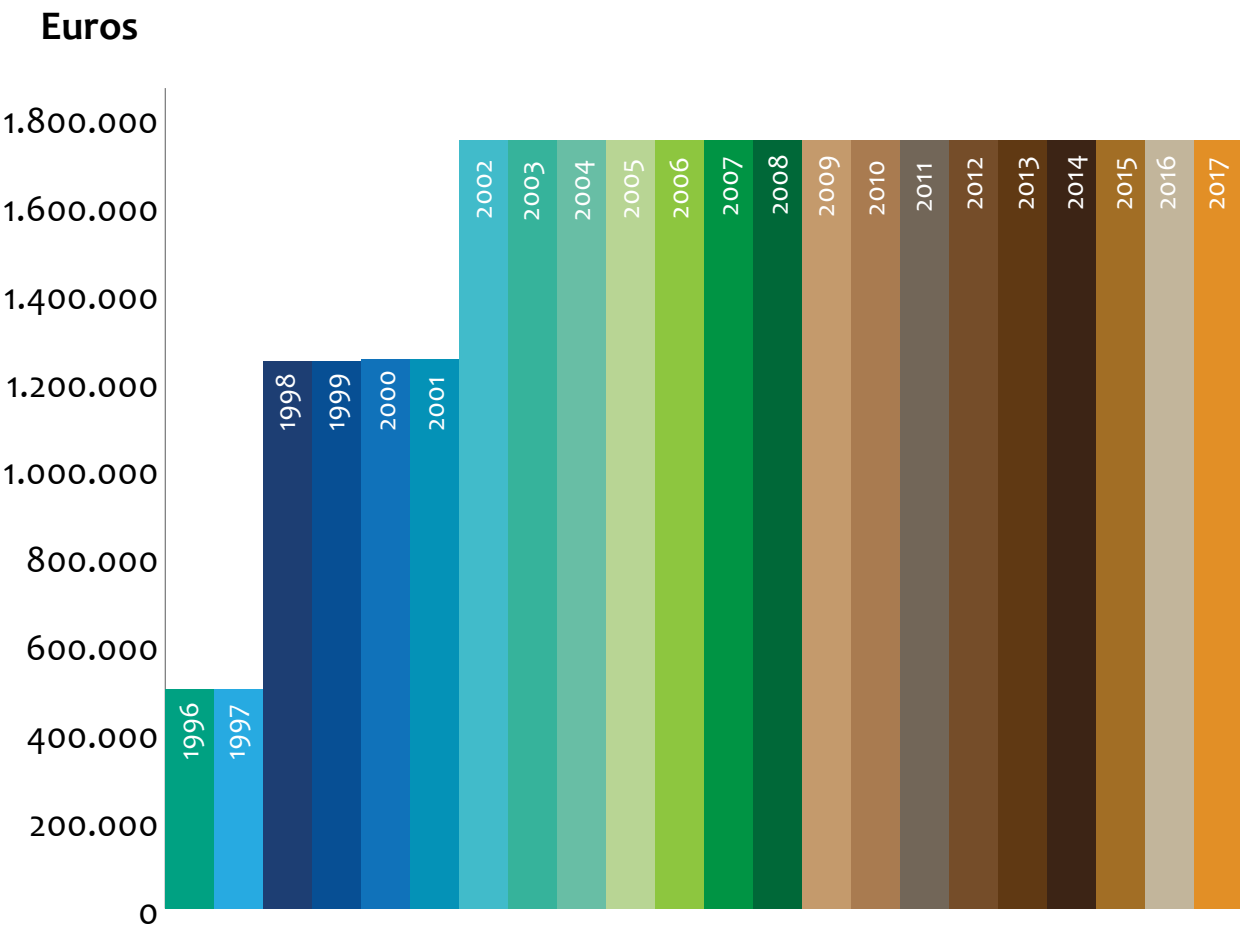


Gráfico 24 - Capital Social

7. OBJETIVOS PARA O ANO 2018

Tractor de Rastos

No âmbito da substituição gradual de equipamentos móveis afectos ao aterro sanitário, devido ao avançado estado de desgaste e avultados custos de manutenção que se têm vindo a verificar, irá proceder-se à aquisição de tractos de rastos (bulldozer), com retoma de uma das compactadoras pés de carneiro actualmente existentes.

Duas viaturas de recolha selectiva

O aumento do material depositado em ecopontos, expectável com o reforço da rede de recolha selectiva, bem como a implementação de recolha independente dos contentores de papel e plástico/metall, obrigará a um reforço da frota. Deste modo, serão adquiridas 2 novas viaturas, equipadas com caixa compactadora e grua.

Viatura Lavagem Ecopontos

O incremento das quantidades retomadas via recolha selectiva depende, para além do reforço do número de ecopontos existente, da consciencialização da população para a separação dos resíduos. Esta situação apenas será possível com a disponibilização da rede de ecopontos em condições de higiene e utilização adequadas. Para tal, e com o intuito de cumprir o indicador mínimo de qualidade definido pela Entidade Reguladora ERSAR – frequência de lavagem média anual de 1,5 vezes – a BRAVAL irá alocar a única viatura de lavagem de ecopontos que possui à lavagem de ecopontos subterrâneos, adquirindo viatura para lavagem automática de ecopontos de superfície.

Aquisição / substituição de ecopontos

O cumprimento das ambicionadas metas de reciclagem impostas no PERSU 2020 apenas será possível com um aumento extraordinário do material recuperado via recolha selectiva. Neste sentido, a BRAVAL prevê no seu Plano de Acção, o reforço do parque de ecopontos através da aquisição e instalação de novos equipamentos. Para o efeito, até 2020, serão instalados 150 ecopontos subterrâneos e 250 ecopontos de superfície, num investimento total previsto de 1.750.000 €. Para 2018, prevê-se a aquisição de 50 ecopontos subterrâneos e 70 ecopontos de superfície.

Para o reforço da recolha temporária, através da colocação temporária de ecopontos de superfície em praias fluviais, piscinas e parques de campismo, durante a época balnear, bem como a colocação de ecopontos em eventos com grande afluência do público, a Braval prevê adquirir 12 ecopontos de 1,5 m³. Face aos ecopontos vandalizados e outros a necessitar de reparação devido ao seu desgaste, irá ainda ser reforçado o parque de ecopontos de superfície, com a aquisição de 15 novos ecopontos de 2,5 m³.

100 Óleões

Conforme previsto no Plano de Acção, para reforçar o sistema de recolha selectiva de óleos alimentares usados, proceder-se-á à aquisição de 100 óleões para colocação na via pública.

Sistema de Gestão do Nível de Enchimento de Ecopontos

Decorrente do reforço do número de ecoponto, mas também da alteração do modelo de recolha selectiva, com a generalização da recolha independente de contentores de papel/cartão e plástico/metall, será efectuada uma revisão total dos circuitos de recolha existentes. Esta circunstância será acompanhada da implementação de sistema de telemetria de ecopontos que permitirá conhecer, em tempo real, os respectivos níveis de enchimento, possibilitando uma optimização dos circuitos de recolha, com evidentes poupanças.

Sistema de Tratamento de Refugos

O cumprimento das metas do PERSU 2020, bem como a concretização do Plano de Acção pressupõe a entrega, “no mercado”, da totalidade dos resíduos recuperados nas instalações de tratamento, sejam eles recicláveis, CDR ou composto. Assim, torna-se necessária a instalação de equipamento de secagem de CDR, possibilitando a redução da respectiva humidade, indo de encontro às exigências dos potenciais compradores do mesmo, quanto à capacidade calorífica do material. Os contactos estabelecidos apontam ainda para a vantagem comercial obtida com a compactação dos CDR produzidos, através de equipamento próprio de peletização.

Adaptação da Unidade de Tratamento Mecânico para separação óptica do plástico/metall recolhido

A implementação da recolha independente da fileira papel/cartão e plástico/metall pressupõe uma reformulação profunda das instalações de triagem destes resíduos. Deste modo, e uma vez que a Estação de Triagem existente possui uma única linha de separação, e numa perspectiva de optimização das infra-estruturas existentes, a BRAVAL irá adaptar a Unidade de Tratamento Mecânico, permitindo realizar neste local a triagem (com separação óptica) e enfardamento das embalagens de plástico e metall provenientes da recolha selectiva.

Remodelação e automatização da Estação de Triagem multimaterial para separação de resíduos de papel/cartão

As actuais instalações da Estação de Triagem, onde são separados todos os resíduos recolhidos selectivamente das fileiras de papel/cartão e plástico/metall, serão reconvertidas de forma a tratarem unicamente os resíduos de papel/cartão recolhidos selectivamente.

Sacos Ecopontos Subterrâneos

Para substituição dos sacos de armazenamento e recolha das fileiras azul (papel/cartão) e amarela (plástico/metall) em ecopontos subterrâneos, motivado pelo desgaste decorrente da sua habitual utilização e frequência de recolha cada vez maior, serão adquiridos novos sacos. O investimento total será de 200.000€, correspondente ao valor base do concurso público de fornecimento contínuo lançado para o efeito, ao abrigo do qual será fornecido um máximo de 250 sacos.

8. APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

O resultado líquido obtido no exercício de 2017 foi de **79.576,10€**.

Propõem-se que este resultado tenha a seguinte distribuição:

- Reservas Legais: 3.978,81€
- Dividendos: 75.597,29€

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Conselho de Administração deseja expressar o seu profundo reconhecimento:

- À Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional – Norte e ao Programa Operacional de Valorização do Território;
- À Agere e às Câmaras Municipais de Braga, Póvoa de Lanhoso, Vieira do Minho, Amares, Vila Verde e Terras de Bouro pela confiança demonstrada neste Projeto;
- A todos quantos colaboraram com a Empresa, pela dedicação e empenho.

Braga, 19 de março de 2018

O Conselho de Administração



(Dr. Rui Manuel de Sá Moraes)



(Dra. Ana Sílvia Barbosa Fernandes)



(Sr. Luís Jorge Amaro da Costa)

ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO

ANEXO PARA CUMPRIMENTO DO ARTIGO 447º DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS

Os membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização não detêm ações ou obrigações de outras sociedades que relativamente à BRAVAL, estejam numa relação de domínio ou de grupo.

A lista de acionistas que, a 31 de dezembro de 2017, são titulares de pelo menos 1/10, 1/3 ou metade do capital, é a seguinte:

- AGERE-EM – 79%.



03 CONTAS

1. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balanço Individual do período findo em 31.12.2017 e 31.12.2016

Unidade Monetária: Euro


1.1 Balanço

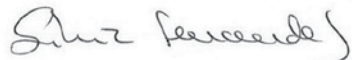
Braga, 19 de março de 2018

CONTABILISTA CERTIFICADO


(Dr. Filipe Roberto Moreira Rocha)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO


(Dr. Rui Manuel de Sá Morais)


(Dra. Ana Sílvia Barbosa Fernandes)


(Sr. Luís Jorge Amaro da Costa)

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/12/17	31/12/16
ATIVO			
ATIVO NÃO CORRENTE			
Activos fixos tangíveis	7	23 247 268,85	25 825 677,94
Activos Intangíveis	8	1 250,12	2 083,37
Propriedades de Investimento	9	352 125,29	391 341,47
Outros iverstimentos financeiros	19.1	1 455 045,77	1 374 157,52
Investimentos em Curso	7	836 180,34	860 592,54
		25 891 870,37	28 453 852,84
ATIVO CORRENTE			
Inventários	12	182 352,71	242 334,24
Clientes	19.2	1 223 848,20	1 205 079,62
Estado e outros entes públicos	19.4	36 801,09	121 705,98
Outros créditos a receber	19.5	4 151 798,73	466 408,03
Diferimentos	22.1	77 298,69	93 050,95
Caixa e depósitos bancários	5	425 495,88	286 278,33
		6 097 595,30	2 414 857,15
TOTAL DO ATIVO		31 989 465,67	30 868 709,99
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital subscrito	19.7	1 750 000,00	1 750 000,00
Reservas legais	19.7	254 621,88	244 558,86
Outras reservas	19.7	28 825,83	28 825,83
Resultados transitados	19.7	741 788,18	741 788,18
Ajustamentos/outras variações no capital próprio	19.7	13 400 595,99	11 876 578,10
		16 175 831,88	14 641 750,97
Resultado líquido do período	19.7	79 576,10	201 260,32
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		16 255 407,98	14 843 011,29
PASSIVO			
PASSIVO NÃO CORRENTE			
Provisões	14	1 914 902,62	2 195 642,41
Financiamentos obtidos	19.8	3 938 864,87	4 670 440,27
Outras dívidas a pagar	19.6	3 890 495,61	3 448 038,80
		9 744 263,10	10 314 121,48
PASSIVO CORRENTE			
Fornecedores	19.3	478 166,08	471 703,11
Estado e outros entes públicos	19.4	39 403,16	65 756,21
Accionistas/sócios	22.2	332 031,93	304 499,52
Finaciamentos obtidos	19.8	3 461 902,24	3 539 178,55
Outras dívidas a pagar	19.6	1 678 291,18	1 330 439,83
		5 989 794,59	5 711 577,22
TOTAL DO PASSIVO		15 734 057,69	16 025 698,70
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		31 989 465,67	30 868 709,99

1.2 Demonstração de Resultados por Natureza

Demonstração individual dos resultados por natureza do período findo em 31.12.2017 e 31.12.2016

Braga, 19 de março de 2018

CONTABILISTA CERTIFICADO



(Dr. Filipe Roberto Moreira Rocha)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



(Dr. Rui Manuel de Sá Moraes)



(Dra. Ana Sílvia Barbosa Fernandes)



(Sr. Luís Jorge Amaro da Costa)

Unidade Monetária (EUR)			
RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2017	2016
Vendas e serviços prestados	13	5 493 152,49	5 381 068,42
Subsídios à exploração	15	7 294,44	0,00
Variação nos Inventários da Produção	12	-66 247,76	159 186,89
Trabalhos para a própria entidade	22.8	1 244,99	10 279,21
Fornecimentos e serviços externos	22.7	-1 707 212,52	-1 732 502,27
Gastos com o pessoal	20	-2 193 029,95	-2 030 229,86
Imparidade de dívidas a receber(perdas/reversões)	11	-787,87	-3 252,71
Provisões(aumentos/reduções)	14	-109 334,88	-109 334,88
Outros rendimentos	22.3	1 882 581,03	1 872 582,70
Outros gastos	22.4	-124 807,56	-183 815,07
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		3 182 852,41	3 363 982,43
Gastos/reversões de depreciação e amortização	7/8/9	-2 953 571,31	-2 915 748,11
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		229 281,10	448 234,32
Juros e rendimentos similares obtidos	22.6	9 566,36	7 277,21
Juros e gastos similares suportados	22.5	-131 371,88	-182 832,09
Resultado antes de impostos		107 475,58	272 679,44
Imposto sobre o rendimento do período	17	-27 899,48	-71 419,12
Resultado líquido do período		79 576,10	201 260,32
Resultado das atividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período			

1.3 Demonstração das Alterações no Capital Próprio

Entidade: BRAVAL, Valorização Tratamento Resíduos Sólidos, S.A.

Unidade Monetária: Euro

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2016

DESCRIÇÃO	NOTAS	CAPITAL PRÓPRIO ATRIBUÍDO AOS DETENTORES DO CAPITAL DA EMPRESA MÃE											Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio
		Capital subscrito	Acções (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamento/ Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total		
Posição no início do período 2017	6	1 750 000,00				222 513,51	28 825,83	740 573,74		13 295 856,45	440 907,00	16 478 676,53		16 478 676,53
Alterações no período														
Primeira adopção de novo referencial contabilístico												0,00		
Alterações de políticas contabilísticas														
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras														
Realização de excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis														
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações														
Ajustamentos por impostos diferidos												0,00		0,00
Outras alterações reconhecidas no capital próprio						22 045,35		420 076,09		-1 419 278,35	-440 907,00	-1 418 063,91		-1 418 063,91
	7					22 045,35		420 076,09		-1 419 278,35	-440 907,00	-1 418 063,91		-1 418 063,91
Resultado Líquido do período	8										201 260,32	201 260,32		201 260,32
Resultado integral	9 = 7 + 8										-239 646,68	-1 216 803,59		-1 216 803,59
Operações com detentores de capital no período														
Distribuições								-418 861,65				-418 861,65		-418 861,65
Entradas para cobertura de perdas														
Outras operações														
	10							-418 861,65				-418 861,65		-418 861,65
Posição no fim do período 2017	6 + 7 + 8 + 10	1 750 000,00				244 558,86	28 825,83	741 788,18		11 876 578,10	201 260,32	14 843 011,29		14 843 011,29

DESCRIÇÃO	NOTAS	CAPITAL PRÓPRIO ATRIBUÍDO AOS DETENTORES DO CAPITAL DA EMPRESA MÃE										Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio	
		Capital subscrito	Acções (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamento/ Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período			Total
Posição no início do período 2017	6	1 750 000,00				244 558,86	28 825,83	741 788,18		11 876 578,10	201 260,32	14 843 011,29		14 843 011,29
Alterações no período														
Primeira adopção de novo referencial contabilístico												0,00		
Alterações de políticas contabilísticas														
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras														
Realização de excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis														
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações														
Ajustamentos por impostos diferidos														
Outras alterações reconhecidas no capital próprio						10 063,02		191 197,30		1 524 017,89	-201 260,32	1 524 017,89		1 524 017,89
	7					10 063,02		191 197,30		1 524 017,89	-201 260,32	1 524 017,89		1 524 017,89
Resultado Líquido do período	8										79 576,10	79 576,10		79 576,10
Resultado integral	9 = 7 + 8										-121 684,22	1 603 593,99		1 603 593,99
Operações com detentores de capital no período														
Distribuições								-191 197,30				-191 197,30		-191 197,30
Entradas para cobertura de perdas														
Outras operações														
	10							-191 197,30				-191 197,30		-191 197,30
Posição no fim do período 2016	6 + 7 + 8 + 10	19.7	1 750 000,00			254 621,88	28 825,83	741 788,18		13 400 595,99	79 576,10	16 255 407,98		16 255 407,98

Braga, 19 de março de 2018

CONTABILISTA CERTIFICADO




(Dr. Filipe Roberto Moreira Rocha)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



(Dr. Rui Manuel de Sá Moraes)



(Dra. Ana Sílvia Barbosa Fernandes)



(Sr. Luís Jorge Amaro da Costa)

1.4 Demonstração dos Fluxos de Caixa

Demonstração individual de fluxos de caixa do período findo em 31.12.2017 e 31.12.2016

Unidade monetária: **Euro**

RUBRICAS	Períodos	
	2017	2016
Fluxos de caixa das actividades operacionais		
Recebimentos de clientes	6 957 143,86	6 456 310,32
Pagamentos a fornecedores	(2 734 816,43)	(2 521 380,77)
Pagamentos ao pessoal	(1 401 686,30)	(1 317 200,11)
Caixa gerada pelas operações	2 820 641,13	2 617 729,44
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	65 413,54	(356 598,89)
Outros recebimentos/pagamentos	(881 079,92)	(719 472,64)
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)	2 004 974,75	1 541 657,91
Fluxos de caixa das actividades de investimento		
Fluxos de caixa das actividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Activos fixos tangíveis	(693 675,09)	(679 803,09)
Activos intangíveis		
Investimentos financeiros	(80 790,59)	(81 299,04)
Outros activos		
Recebimentos provenientes de:		
Activos fixos tangíveis		16 419,39
Activos intangíveis		39,42
Investimentos financeiros		
Outros activos		
Subsídios ao investimento		595 935,48
Juros e rendimentos similares	9 566,36	11 738,57
Dividendos		
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)	(764 899,32)	(136 969,27)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento		
Fluxos de caixa das actividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos		
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	5 466 000,00	8 279 000,00
Cobertura de prejuízos		
Doações		
Outras operações de Financiamento		
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	(6 274 851,71)	(8 998 785,19)
Juros e gastos similares	(128 341,28)	(182 231,55)
Dividendos	(163 664,89)	(431 662,18)
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		
Outras operações de financiamento		
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)	(1 100 857,88)	(1 333 678,92)
Variação de caixa e seus equivalentes		
Efeito das diferenças de câmbio	139 217,55	71 009,72
Caixa e seus equivalentes no início do período	286 278,33	215 268,61
Caixa e seus equivalentes no fim do período	425 495,88	286 278,33

Braga, 19 de março de 2018

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

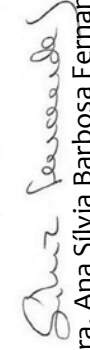
CONTABILISTA CERTIFICADO



(Dr. Filipe Roberto Moreira Rocha)



(Dr. Rui Manuel de Sá Moraes)



(Dra. Ana Sílvia Barbosa Fernandes)



(Sr. Luís Jorge Amaro da Costa)

2. ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A BRAVAL – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A. é uma sociedade anónima constituída em 6 de Agosto de 1996, nos termos do Decreto-Lei nº 117/96, tendo como atividade principal o tratamento e valorização de resíduos sólidos urbanos.

Tendo esta atividade de tratamento e valorização de resíduos sólidos urbanos uma vincada componente de interesse público, o Estado Português decidiu atribuir à empresa a concessão exclusiva por um prazo de 25 anos, da exploração e gestão de um sistema multimunicipal de valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos para o território do Baixo Cávado. Por conseguinte a sua atividade está limitada pelas regras estipuladas no âmbito do contrato de concessão.

Nesta conformidade, o contrato de concessão estabelece os critérios de fixação e aprovação das tarifas, a praticar pela empresa em cada ano, de modo a garantir um adequado equilíbrio financeiro da concessão obedecendo aos seguintes critérios:

- I) Assegurar, dentro do período da concessão, a amortização do montante efetivo do investimento inicial a cargo da concessionária, deduzido das participações e subsídios a fundo perdido;
- II) Assegurar o bom funcionamento, conservação e segurança de todos os bens afetos à concessão, bem como a substituição prevista desses bens;
- III) Atender ao nível de custos necessários para uma gestão eficiente do sistema e à existência de receitas não provenientes da tarifa;
- IV) Assegurar o pagamento dos encargos de funcionamento da entidade reguladora a suportar pela concessionária, bem como assegurar uma adequada remuneração dos capitais próprios da concessionária.

Designação da entidade: BRAVAL – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.

Sede: Praça do Município – Edifício da Câmara Municipal de Braga

Natureza da atividade: Atividades de recolha seletiva, triagem, tratamento e valorização de resíduos sólidos.

Designação da empresa mãe: AGERE – Empresa de Águas, Efluentes e Resíduos de Braga, E.M.

Sede da empresa mãe: Praça Conde Agrolongo, nº 115, S. João do Souto - Braga

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Referencial Contabilístico

As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) previstas pelo Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei nº 158/2009 de 13 de Julho, com as retificações da Declaração de Retificação nº 67-B/2009, de 11 de Setembro, e com as alterações introduzidas pela Lei nº 20/2010, de 23 de Agosto, do decreto-lei 36-A/2011, de 09 de Março, do decreto-lei 98/2015, de 2 de Junho, e do decreto-lei 192/2015, de 11 de Setembro.

O SNC é regulado pelos seguintes diplomas:

- Aviso nº 8254/2015, de 29 de Julho, com as alterações introduzidas pela declaração de retificação n.º 917/2015, de 19 de outubro (Estrutura Conceptual);

- Portaria nº 220/2015, de 24 de Julho (Modelos de Demonstrações Financeiras);

- Portaria nº 218/2015, de 23 de julho, com as alterações introduzidas pela declaração de retificação n.º 41-A/2015 de 21 de setembro (Código de Contas);

- Aviso nº 8256/2015, de 29 de julho, com as alterações introduzidas pela declaração de retificação n.º 918/2015, de 19 de outubro (Normas Contabilísticas de Relato Financeiro);

O conjunto dos normativos que integram o SNC foi utilizado pela primeira vez em 2010 para a elaboração de demonstrações financeiras completas, passando a constituir o referencial base para os períodos subsequentes. As demonstrações financeiras foram elaboradas para o fim do exercício, no pressuposto da continuidade das operações da empresa e no regime do acréscimo, com expressão dos respetivos montantes em euros.

3. ADOÇÃO PELA PRIMEIRA VEZ DAS NCRF

O conjunto dos normativos que integram o SNC foi utilizado pela primeira vez em 2010 para a elaboração de demonstrações financeiras completas, passando a constituir o referencial de base para os períodos subsequentes. Estas normas foram ainda aplicadas ao período iniciado em 01/01/2009 de forma a garantir a necessária expressão e apresentação para efeitos comparativos.

A sociedade não apresenta impactos nas suas demonstrações financeiras que necessitam de relato adicional referente à adoção pela primeira vez das NCRF.

A adoção das NCRF não teve qualquer impacto ao nível dos Fluxos de Caixa.

4. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, entendido como o custo de aquisição.

As demonstrações financeiras foram preparadas numa perspetiva de continuidade não tendo a entidade intenção nem a necessidade de liquidar ou reduzir drasticamente o nível das suas operações.

Não existem situações que afetem ou coloquem algum grau de incerteza materialmente relevante nas estimativas previstas nas demonstrações financeiras apresentadas.

As políticas contabilísticas são os princípios, bases, convenções, regras e práticas específicas aplicadas pela entidade na preparação e apresentação das demonstrações financeiras.

Seguem-se as políticas contabilísticas adotadas pela entidade:

PRINCIPAIS BASES DE MENSURAÇÃO	INICIAL	SUBSEQUENTE
Impostos sobre o Rendimento	Quantia que se espera que seja paga (recuperada de) às autoridades fiscais, usando as taxas fiscais (e leis fiscais) aprovadas à data do balanço (método dos impostos diferidos).	
Impostos diferidos	O imposto diferido resulta das diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico (quantia escriturada) e os respetivos montantes para efeitos de tributação (base fiscal). Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados utilizando as taxas de tributação em vigor ou anunciadas para vigorar à data expetável da reversão das diferenças temporárias. Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos apenas quando existem expetativas razoáveis de que a sua quantia escriturada será recuperada na forma de benefícios económicos que fluam para a entidade nos períodos futuros.	
Ativos Fixos Tangíveis	O Custo corresponde ao preço de compra no momento da sua aquisição ou construção acrescido dos direitos de importação, impostos de compra não reembolsáveis, custos necessários para o colocar em funcionamento, custos de desmantelamento e remoção relacionados com o bem, considerando ainda os descontos e abatimentos.	Modelo do Custo: Registado ao custo, menos depreciações acumuladas e quaisquer perdas por imparidade acumuladas. As depreciações são calculadas, a partir do método de quotas constantes, aplicadas anualmente em regime de duodécimos a partir do momento em que os bens se encontram prontos para uso, utilizando as taxas económicas mais apropriadas, que permitam a reintegração total do bem durante a sua vida útil estimada.
Ativos Intangíveis	O Custo corresponde ao preço de compra no momento da sua aquisição ou construção acrescido dos direitos de importação, impostos de compra não reembolsáveis, custos necessários para o colocar em funcionamento, custos de desmantelamento e remoção relacionados com o bem, considerando ainda os descontos e abatimentos.	Modelo do Custo: Registado ao custo, menos amortizações acumuladas e quaisquer perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são calculadas, a partir do método de quotas constantes, aplicadas anualmente em regime de duodécimos a partir do momento em que os bens se encontram prontos para uso, utilizando as taxas económicas mais apropriadas, que permitam a reintegração total do bem durante a sua vida útil estimada.
Locação Financeira	Os ativos e passivos são reconhecidos pelo mínimo entre o justo valor do bem à data de início de contrato e o valor atual dos pagamentos. Quaisquer custos diretos iniciais do locatário são adicionados à quantia reconhecida como ativo.	Os pagamentos mínimos da locação financeira devem ser repartidos entre o encargo financeiro imputado a cada período durante o prazo da locação e a redução do passivo pendente.
Instrumentos Financeiros	Registados ao custo amortizado, uma vez que se considerou imaterial e não racional do ponto de vista económico a utilização do custo amortizado.	
Inventários	Menor entre o custo (preço de compra, os direitos de importação e os impostos de compra não dedutíveis, os custos de transporte e de manuseamento e outros diretamente atribuíveis à aquisição, deduzido dos descontos comerciais e abatimentos) e o valor realizável líquido (preço de venda normal estimado menos os custos estimados de conclusão, caso existam, e os custos estimados necessários para efetuar a venda).	
Diferimentos / Outros devedores por acréscimos de rendimentos / outros credores por acréscimos de gastos	A empresa regista os seus gastos e rendimentos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo qual são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de “Diferimentos” ou “Outras contas a pagar ou a receber”.	
Provisões	Reconhecidas à melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar obrigação presente à data do balanço. A NCRF 26, reconhece como passivo de carácter ambiental a probabilidade de uma saída de recursos, compreendendo benefícios económicos resultantes da liquidação de uma obrigação presente de carácter ambiental e que tenha surgido em consequência de acontecimentos passados e cuja quantia de liquidação seja mensurável de forma fiável.	
Dívidas de terceiros	As dívidas de terceiros estão registadas pelo seu valor esperado de realização.	
Dívidas a terceiros	As dívidas a terceiros estão registadas pelo método do custo amortizado.	

5. FLUXOS DE CAIXA

Conforme o disposto no art.º 11.º do Decreto-Lei n.º 158/2009 de 13 de Julho a sociedade está obrigada à apresentação da Demonstração de Fluxos de Caixa. Assim, em 31 de Dezembro de 2017, a entidade preparou a demonstração dos fluxos de caixa pelo método direto, sendo que a rubrica de Caixa e seus equivalentes, constantes da demonstração de fluxos de caixa e balanço, tem a seguinte decomposição:

MEIOS FINANCEIROS LÍQUIDOS CONSTANTES DO BALANÇO	31.12.2017			31.12.2016		
	Quantias disponíveis para uso	Quantias indisponíveis para uso	Totais	Quantias disponíveis para uso	Quantias indisponíveis para uso	Totais
Caixa Fixo	0,00	0,00	0,00	451,94	0,00	451,94
Depósitos à Ordem	425.495,88	0,00	425.495,88	285.826,39	0,00	285.826,39
TOTAL	425.495,88	0,00	425.495,88	286.278,33	0,00	286.278,33

Todos os saldos de caixa e seus equivalentes estão disponíveis para uso, não existindo quaisquer valores caucionados a favor de terceiros.

6. PARTES RELACIONADAS

O Capital Social no valor de 1.750.000,00€ é representado por 350.000 ações da classe A, com valor nominal de 5 € cada ação.

Em 31 de Dezembro de 2017, são titulares do Capital Social da BRAVAL, as entidades que se seguem com as respetivas participações:

ACIONISTA	%	MONTANTE
AGERE	79,0%	1.382.500,00
C.M. PÓVOA DE LANHOSO	4,2%	73.500,00
C.M. VIEIRA DO MINHO	5,7%	99.750,00
C.M. VILA VERDE	5,0%	87.500,00
C.M. AMARES	3,7%	64.750,00
C.M. TERRAS DE BOURO	2,4%	42.000,00
TOTAL	100%	1.750.000,00

No decurso do exercício económico 2017 os saldos e as transações efetuadas com partes relacionadas são os que se apresentam de seguida:

Entidade	31.12.2017					31.12.2016				
	Saldo			Transações		Saldo			Transações	
	Contas a receber	Contas a pagar	Acionistas	Compras	Serviços Prestados	Contas a receber	Contas a pagar	Acionistas	Compras	Serviços Prestados
AGERE	260.357,55	132.363,84	-	136.181,47	1.043.512,16	270.346,93	188.211,72	-	257.888,61	1.160.118,34
C.M. PÓV.LANHOSO	13.792,31	-	-	13.000,00	112.810,46	106.770,18	4.300,00	-	13.000,00	124.646,47
C.M. VIEIRA MINHO	41.600,04	8,76	131.429,31	98,10	60.493,03	21.954,64	11,06	120.531,07	111,52	67.873,05
C.M. VILA VERDE	50.475,22	-	115.288,86	-	212.254,96	78.499,77	-	105.728,99	-	234.241,99
C.M. AMARES	13.497,65	-	85.313,76	-	105.040,70	42.440,93	-	78.239,46	-	104.855,24
C.M. TERRAS BOURO	3.763,85	-	-	-	35.959,50	3.630,12	-	0,00	-	39.961,87
TOTAL	383.486,62	132.372,60	332.031,93	149.279,57	1.570.070,81	523.642,57	192.522,78	304.499,52	271.000,13	1.731.696,96

Os saldos a receber não vencem juros nem têm prazo fixado de reembolso.

7. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

7.1 Bases de mensuração

Os ativos fixos tangíveis são mensurados pelo custo, nele compreendendo o respetivo preço de compra (incluindo os direitos de importação e os impostos de compra não reembolsáveis, após dedução dos descontos e abatimentos), quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar os ativos na localização e condição necessárias para que sejam capazes de funcionar de forma pretendida.

7.2 Vidas úteis

As depreciações foram calculadas em função da vida útil estimada pela Administração para cada um dos ativos adquiridos (sempre que esta for inferior ao período remanescente da concessão).

7.3 Métodos de depreciação

O método de depreciação utilizado é o da linha reta, iniciando quando os ativos se encontram disponíveis para uso.

Rubrica	2017			2016		
	Quantia Bruta	Depreciações acumuladas	Quantia escriturada	Quantia Bruta	Depreciações acumuladas	Quantia escriturada
Terrenos	1.211.375,89	809.865,29	401.510,60	1.211.375,89	744.227,80	467.148,09
Edifícios Outr. Construções	19.293.414,61	10.198.752,33	9.094.662,28	19.272.516,42	9.421.677,48	9.850.838,94
Equipam. Básico	26.307.170,57	12.619.497,93	13.687.672,64	26.334.966,57	10.922.405,14	15.412.561,43
Equipam. Transporte	1.375.180,12	1.375.180,08	0,04	1.375.180,12	1.357.352,02	17.828,10
Equipam. Administrativo	468.687,79	410.355,53	58.332,26	469.453,63	398.082,66	71.370,97
Outros Ativos fix. tangíveis	48.964,36	43.873,33	5.091,03	48.964,36	43.033,95	5.930,41
Investimentos curso	836.180,34	0,00	836.180,34	860.592,54	0,00	860.592,54
Total	49.540.973,68	25.457.524,49	24.083.449,19	49.573.049,53	22.886.779,05	26.686.270,48

Rubricas	Quantia Escriturada Inicial 01.01.2017	Adições	Regularizações	Depreciações	Alienações	Abates	Transferências	Quantia Escriturada Final 31.12.2017
Terrenos	467.148,09	0,00	0,00	65.637,49	0,00	0,00	0,00	401.510,60
Edifícios e Outr. Construções	9.850.838,94	20.898,19	0,00	777.074,85	0,00	0,00	0,00	9.094.662,28
Equipam. Básico	15.412.561,43	312.514,44	0,00	2.037.403,23	0,00	0,00	0,00	13.687.672,64
Equipam. Transporte	17.828,10	0,00	0,00	17.828,06	0,00	0,00	0,00	0,04
Equipam. Administrativo	71.370,97	1.700,16	0,00	14.738,87	0,00	0,00	0,00	58.332,26
Outros ativos fixos tangíveis	5.930,41	0,00	0,00	839,38	0,00	0,00	0,00	5.091,03
Investimentos em curso	860.592,54	64.277,59	-88.689,79	0,00	0,00	0,00	0,00	836.180,34
Total	26.686.270,48	399.390,38	-88.689,79	2.913.521,88	0,00	0,00	0,00	24.083.449,19

Rubricas	Quantia Escriturada Inicial 01.01.2016	Adições	Regularizações	Depreciações	Alienações	Abates	Transferências	Quantia Escriturada Final 31.12.2016
Terrenos	535.850,43	0,00	0,00	68.702,34	0,00	0,00	0,00	467.148,09
Edifícios e Outr. Construções	3.077.836,33	441.833,51	0,00	721.715,52	0,00	0,00	7.052.884,62	9.850.838,94
Equipam. Básico	1.291.054,49	407.875,34	0,00	2.024.655,81	0,00	4.283,84	15.742.571,25	15.412.561,43
Equipam. Transporte	58.733,69	0,00	0,00	40.905,59	0,00	0,00	0,00	17.828,10
Equipam. Administrativo	23.924,13	18.996,11	0,00	14.154,07	0,00	0,00	42.604,80	71.370,97
Outros ativos fixos tangíveis	0,00	6.715,00	0,00	784,59	0,00	0,00	0,00	5.930,41
Investimentos em curso	23.691.553,21	24.600,00	-17.500,00	0,00	0,00	0,00	-22.838.060,67	860.592,54
Total	28.678.952,28	900.019,96	-17.500,00	2.870.917,92	0,00	4.283,84	0,00	26.686.270,48

Acerca da utilização da área do novo aterro, encontra-se em funcionamento 50% da mesma, mantendo-se os restantes 50% em curso. Por tal facto, as depreciações do exercício incidem apenas sobre a área do aterro em funcionamento.

8. ATIVOS INTANGÍVEIS

8.1. Bases de mensuração

Os Ativos Intangíveis, nas demonstrações financeiras, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e eventuais perdas por imparidade acumuladas, e só são reconhecidos se for provável que venham a gerar benefícios económicos futuros para a entidade, se possa medir razoavelmente o seu valor e se a entidade possuir o controlo sobre os mesmos.

8.2. Vidas úteis

A vida útil, dos ativos Intangíveis, foi definida tendo por base a utilidade esperada dos mesmos.

- Outros Ativos Intangíveis: 3 anos

8.3. Métodos de amortização

O método de amortização utilizado é o da linha reta, iniciando quando os activos se encontram disponíveis para uso.

Rubrica	2017			2016		
	Quantia Bruta	Depreciações acumuladas	Quantia escriturada	Quantia Bruta	Depreciações acumuladas	Quantia escriturada
Programas de Computador	2.500,00	1.249,88	1.250,12	2.500,00	416,63	2.083,37
Outros Ativos Intangíveis	62.300,00	62.300,00	0,00	62.300,00	62.300,00	0,00
Total	64.800,00	63.549,88	1.250,12	64.800,00	62.716,63	2.083,37

Rubricas	Quantia Escriturada Inicial 01.01.2017	Adições	Regularizações	Depreciações	Alienações	Abates	Transferências	Quantia Escriturada Final 31.12.2017
Programas de Computador	2.083,37	0,00	0,00	833,25	0,00	0,00	0,00	1.250,12
Outros Ativos Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	2.083,37	0,00	0,00	833,25	0,00	0,00	0,00	1.250,12

Rubricas	Quantia Escriturada Inicial 01.01.2016	Adições	Regularizações	Depreciações	Alienações	Abates	Transferências	Quantia Escriturada Final 31.12.2016
Programas de Computador	0,00	2.500,00	0,00	416,63	0,00	0,00	0,00	2.083,37
Outros Ativos Intangíveis	5.197,38	0,00	0,00	5.197,38	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	5.197,38	2.500,00	0,00	5.614,01	0,00	0,00	0,00	2.083,37

9. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

As quantias líquidas escrituradas em 2017 encontram-se no quadro seguinte:

Rubrica	2017			2016		
	Quantia Bruta	Depreciações acumuladas	Quantia escriturada	Quantia Bruta	Depreciações acumuladas	Quantia escriturada
Propriedades de Investimento	708.895,36	356.770,07	352.125,29	708.895,36	317.553,89	391.341,47
Total	708.895,36	356.770,07	352.125,29	708.895,36	317.553,89	391.341,47

Rubricas	Quantia Escriturada Inicial 01.01.2017	Adições	Regularizações	Depreciações	Alienações	Abates	Transferências	Quantia Escriturada Final 31.12.2017
Propriedades de Investimento	391.341,47	0,00	0,00	39.216,18	0,00	0,00	0,00	352.125,29
Total	391.341,47	0,00	0,00	39.216,18	0,00	0,00	0,00	352.125,29

Rubricas	Quantia Escriturada Inicial 01.01.2016	Adições	Regularizações	Depreciações	Alienações	Abates	Transferências	Quantia Escriturada Final 31.12.2016
Propriedades de Investimento	430.557,65	0,00	0,00	39.216,18	0,00	0,00	0,00	391.341,47
Total	430.557,65	0,00	0,00	39.216,18	0,00	0,00	0,00	391.341,47

10. LOCAÇÕES

Em 2017 foi celebrado um novo contrato de locação financeira, conforme quadro seguinte:

Activos financiados através de locação financeira						31.12.2017					31.12.2016		
	Locadora	Contrato	Data de início locação	Prazo	Custo Aquisição	Deprec. Acumul.	Valor Líquido	Capital em Dívida	A liquidar em 1 ano	A liquidar após 1 ano	Deprec. Acumul.	Valor Líquido	Capital em Dívida
Escavadora	Santander Totta	210273	01-05-2016	48 Meses	179.000,00	18.645,83	160.354,17	105.312,66	44.289,30	61.023,36	7.458,33	171.541,67	149.601,96
Pá Rodas	Santander Totta	216167	01-03-2017	48 Meses	176.000,00	24.434,67	151.565,33	139.886,50	36.113,50	103.773,00	-	-	-
Total					355.000,00	43.080,50	311.919,50	245.199,16	80.402,80	164.796,36	7.458,33	171.541,67	149.601,96

11. IMPARIDADE DE ATIVOS

A administração efetuou uma rigorosa e criteriosa análise dos clientes cuja cobrabilidade estaria em causa e que por isso qualificou como clientes de cobrança duvidosa.

Da referida análise resultou o aumento no montante de 1.351,27 € (3.896,61€ em 2016) dos clientes de cobrança duvidosa e por outro a diminuição em 563,40 € (643,90€ em 2016) considerando os recebimentos de clientes que haviam sido considerados de cobrança duvidosa em períodos anteriores.

Deste efeito combinado resultou o saldo final de clientes de cobrança duvidosa no montante de 133.391,53 € (132.717,40€ em 2016).

Posto isto, atendendo ao montante já refletido em gastos em períodos anteriores, considerou-se como gasto do exercício 2017, o montante de 1.351,27 € (3.896,61€ em 2016).

Por outro lado, reverteu-se a perda por imparidade relevada em anos anteriores no montante de 563,40 € (643,90€ em 2016), pelo que o saldo final da conta de perdas por imparidade acumuladas expressa o exato montante dos clientes de cobrança duvidosa : – 133.391,53 € (132.717,40€ em 2016).

Quantias das perdas por imparidade e respetivas reversões reconhecidas durante o período			Ativos fixos tangíveis	Propried. Investim.	Ativos Intangíveis	Investim. Financeiros	Investim. Curso	Inventários	Clientes	Outros Devedores	Totais
31.12.2017	Perdas por imparidade reconhecidas nos resultados	Aumentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.351,27	0,00	1.351,27
		Reversões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	563,40	0,00	563,40
		Totais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	787.87	0,00	787.87
31.12.2016	Perdas por imparidade reconhecidas nos resultados	Aumentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.896,61	0,00	3.896,61
		Reversões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	643,90	0,00	643,90
		Totais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.252,71	0,00	3.252,71

12. INVENTÁRIOS

12.1. BASES DE MENSURAÇÃO

Os ativos são mensurados ao menor valor entre o custo (preço de compra, os direitos de importação e os impostos de compra não dedutíveis, os custos de transporte e de manuseamento e outros diretamente atribuíveis à aquisição, deduzido dos descontos comerciais e abatimentos) e o valor realizável líquido (preço de venda normal estimado menos os custos estimados de conclusão, caso existam, e os custos estimados necessários para efetuar a sua venda).

As matérias subsidiárias (combustíveis) encontram-se valorizadas ao custo de compra, ao contrário dos produtos acabados que estão valorizados ao preço de venda, uma vez que este é o menor dos dois valores, entre preço de custo e valor realizável líquido.

12.2. DIVULGAÇÃO SOBRE A QUANTIA ESCRITURADA

Quantias escrituradas	31.12.2017			31.12.2016		
	Quantias brutas	Perdas Imp. Acum.	Quantias líquidas	Quantias brutas	Perdas Imp. Acum.	Quantias líquidas
Matérias-Primas, Subsidiárias	10.525,08	0,00	10.525,08	4.258,85	0,00	4.258,85
Produtos Acabados e Intermédios	171.827,63	0,00	171.827,63	238.075,39	0,00	238.075,39
Totais	182.352,71	0,00	182.352,71	242.334,24	0,00	242.334,24

QUANTIAS DE INVENTÁRIOS RECONHECIDAS COMO GASTOS DURANTE O PERÍODO			31.12.2017			31.12.2016		
			Mercadorias	Mat. Prim., Subsid.	Totais	Mercadorias	Mat. Prim., Subsid.	Totais
Mercadorias	Inventários no começo do período	+	0,00	4.258,85	4.258,85	0,00	5.397,26	5.397,26
	Compras	Compras	0,00	355.227,98	355.227,98	0,00	300.428,61	300.428,61
		Devoluções de compras	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		Descontos e abatimentos em compras	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Reclassificações e Regularizações	Reclassificações	+/-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		Perdas em sinistros	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		Perdas por quebras	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		Outras perdas	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		Ofertas e amostras	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		Ganhos em sinistros	+	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		Ganhos por sobras	+	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		Outros ganhos	+	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Inventários no fim do período	-	0,00	10.525,08	10.525,08	0,00	4.258,85	4.258,85
Perdas em inventários		+	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ofertas e amostras de inventários		+	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Totais			=	0,00	348.961,75	0,00	301.567,02	301.567,02

Demonstração das variações nos inventários da produção		31.12.2017				31.12.2016			
		Produtos acabados e intermédios	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	Produtos e trabalhos em curso	Totais	Produtos acabados e intermédios	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	Produtos e trabalhos em curso	Totais
Inventários no começo do período	-	238.075,39	0,00	0,00	238.075,39	78.888,50	0,00	0,00	78.888,50
Inventários no fim do período	+	171.827,63	0,00	0,00	171.827,63	238.075,39	0,00	0,00	238.075,39
Variações nos inventários da produção	=	-66.247,76	0,00	0,00	-66.247,76	159.186,89	0,00	0,00	159.186,89

As existências de matérias-primas e subsidiárias são valorizadas ao menor entre os valores de aquisição ou produção e o de mercado. O critério utilizado na movimentação das saídas é o FIFO.

13. RÉDITO

13.1. Políticas contabilísticas adotadas para reconhecimento do rédito

Venda de Bens: Com a transferência para o comprador dos riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens e respetiva gestão e controlo efetivo.

Prestação de Serviços: Reconhecido linearmente durante o período a que se reporta a prestação de serviços.

Na tabela que se segue encontra-se dividido o volume de negócios, por vendas e prestações de serviços.

Quantias de réditos reconhecidas no período	31.12.2017			31.12.2016		
	Réditos reconhecidos no período	Proporção dos réditos reconhecidos no período	Variação percentual com o período anterior	Réditos reconhecidos no período	Proporção dos réditos reconhecidos no período	Variação percentual com o período anterior
Vendas	3.558.757,31	65%	11,74%	3.184.775,46	59%	22,74%
Prestações Serviços	1.934.395,18	35%	-11,92%	2.196.292,96	41%	0,15%
Totais	5.493.152,49	100%	2,08%	5.381.068,42	100%	12,39%

14. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

Provisões		Impostos	Garantias a clientes	Proc. Jud. Em Curso	Acid. Trab. Doenç. Prof.	Matérias Ambientais	Contratos Onerosos	Outras Provisões.	Totais
Acumuladas em 01.01.2016		0,00	0,00	0,00	0,00	1.759.828,83	0,00	0,00	1.759.828,83
Aumentos	Reforço de provisões já reconhecidas em períodos anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	109.334,88	0,00	0,00	109.334,88
	Por novas provisões	0,00	0,00	0,00	0,00	403.520,00	0,00	0,00	403.520,00
Reduções	Quantias usadas no período por ocorrência das situações provisionadas	0,00	0,00	0,00	0,00	77.041,30	0,00	0,00	77.041,30
	Quantias revertidas no período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Acumuladas em 31.12.2016 (01.01.2017)		0,00	0,00	0,00	0,00	2.195.642,41	0,00	0,00	2.195.642,41
Aumentos	Reforço de provisões já reconhecidas em períodos anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	113.967,75	0,00	0,00	113.967,75
	Por novas provisões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reduções	Quantias usadas no período por ocorrência das situações provisionadas	0,00	0,00	0,00	0,00	394.707,54	0,00	0,00	394.707,54
	Quantias revertidas no período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Acumuladas em 31.12.2017		0,00	0,00	0,00	0,00	1.914.902,62	0,00	0,00	1.914.902,62

Está reconhecido, de acordo com a anterior política contabilística, como passivo contingente, na forma de provisão para selagem do aterro (antigo) e recuperação paisagística, o montante de 1.506.749,75€, o qual foi obtido em função da melhor estimativa quantificada e com elevado grau de probabilidade de ocorrência decorrente do próprio contrato de concessão e de um estudo elaborado especificamente para o efeito pela entidade.

Este passivo, cuja estimativa se mantém atual, está reconhecido a preços correntes, razão pela qual não foi reconhecido o efeito do valor temporal do dinheiro.

A provisão foi reforçada no exercício de 2017, no montante de 109.334,88€, para fazer face aos custos estimados com a selagem do aterro e com a recuperação paisagística do aterro sanitário.

Referente à provisão para o novo aterro, foi reforçada em 2017 no montante de 4.632,87 €, devido ao efeito do valor temporal do dinheiro, tendo sido constituído o correlativo fundo.

O montante considerado a título de provisão é contabilizado por via de depreciações do exercício, tendo em consideração o valor atualizado dos gastos estimados com a selagem do aterro em 2026 (gastos estimados com a selagem em 400.000,00 €), o qual foi acrescido ao valor contabilístico do ativo fixo tangível e, bem assim, o período de vida útil de 10 anos.

Assim, encontra-se na face do balanço, um passivo contingente na forma de provisão para selagem dos dois aterros e recuperação paisagística, o montante de 1.914.902,62 €.

15. SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS DAS ENTIDADES PÚBLICAS

Os subsídios do governo encontram-se inicialmente reconhecidos no Capital Próprio da entidade, na conta 593 – Subsídios. O reconhecimento subsequente dos subsídios como rendimento ocorre na proporção quer das depreciações dos ativos subsidiados quer do reconhecimento direto em gastos do exercício, na conta 7883 – Imputação de subsídios para investimentos.

Nos períodos de 2017 e de 2016 a sociedade reconheceu rendimentos decorrentes dos seguintes subsídios:

	Imputação de subsídios para investimentos		Subsídios à exploração	
	2017	2016	2017	2016
Subsídios relacionados com ativos - Imputação	1.622.873,31	1.594.084,67		
Subsídios à exploração - IEPF			7.294,44	-
Totais	1.622.873,31	1.594.084,67	7.294,44	-

Rubricas	Saldo Inicial A/C 5931 (01.01.2017)	Imputação Subsídio A/C 7883	Reconhecimento do Subsídio a receber	Saldo Final A/C 5931 (31.12.2017)
Subsídios ao investimento	15.324.616,90	1.622.873,31	3.589.348,01	17.291.091,60
Total	15.324.616,90	1.622.873,31	3.589.348,01	17.291.091,60

A sociedade optou por adotar o método proposto pela Comissão de Normalização Contabilística, pelo que, a quantia escriturada dos ativos com que os subsídios se relacionam é igual à base fiscal desse ativo – cfr. § 5 da NCRF 25. Por conseguinte, não existe qualquer diferença temporária tributável – cfr. § 5 da NCRF 25 - e, logo, não há lugar ao reconhecimento de qualquer passivo por impostos diferidos.

16. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

As demonstrações financeiras da BRAVAL foram aprovadas pelo Conselho de Administração no dia 19 de Março 2018.

Não foram recebidas quaisquer informações após a data do balanço que originassem atualização das divulgações efetuadas.

17. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Impostos sobre o rendimento	Período 2017		Período 2016	
	Saldo Débito	Saldo Crédito	Saldo Débito	Saldo Crédito
8121 – Imposto estimado para o período	27.899,48	0,00	71.419,12	0,00
8122 – Imposto diferido	0,00	0,00	0,00	0,00
Totais	27.899,48	0,00	71.419,12	0,00

17.1 Imposto corrente

A sociedade encontra-se abrangida pelo regime geral da taxa de tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas, à taxa de 21%.

O pagamento dos impostos sobre lucros é efetuado com base em declarações de autoliquidação e ficam sujeitas a inspeção e eventual ajustamento pela Autoridade Tributária dentro dos quatro anos subsequentes, pelo que as declarações relativas aos anos de 2013 a 2016 poderão estar sujeitas a revisões fiscais. Caso sejam apurados prejuízos fiscais, estes podem ser utilizados nos seis exercícios seguintes no caso de terem sido gerados até 2009, nos quatro exercícios seguintes no caso de terem sido gerados em 2010 e 2011, nos cinco exercícios seguintes para os prejuízos fiscais de 2012 e 2013 e nos doze anos seguintes para os prejuízos fiscais de 2014. No entanto, é convicção do Conselho de Administração que eventuais correções resultantes de inspeções fiscais aquelas declarações de impostos não deverão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2017.

18. MATÉRIAS AMBIENTAIS

Os dispêndios de carácter ambiental, abaixo descritos, foram capitalizados, pois foram incorridos para evitar ou reduzir danos futuros ou para preservar recursos.

Passivos ambientais capitalizados	31.12.2017			31.12.2016		
	Quantia escriturada inicial	Depreciações	Quantia escriturada final	Quantia escriturada inicial	Depreciações	Quantia escriturada final
Aterro	376.666,67	40.000,00	336.666,67	400.000,00	23.333,33	376.666,67
Total	376.666,67	40.000,00	336.666,67	400.000,00	23.333,33	376.666,67

19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

19.1 Outros Investimentos Financeiros

Investimentos Financeiros	31.12.2017				31.12.2016			
	Saldo Inicial	Reforço	Utilização	Saldo Final	Saldo Inicial	Reforço	Utilização	Saldo Final
Fundo de Reconstituição do Capital Social	1.345.914,04	80.818,00	0,00	1.426.732,04	1.265.096,04	80.818,00	0,00	1.345.914,04
Ações Norgarante BCP	7.500,00	0,00	7.500,00	0,00	7.500,00	0,00	0,00	7.500,00
Ações Norgarante BES	10.020,00	0,00	10.020,00	0,00	10.020,00	0,00	0,00	10.020,00
Ações Norgarante Banif	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
FCT	723,48	736,92	0,00	1.460,40	250,26	512,64	39,42	723,48
Fundo – Provisão Novo Aterro	0,00	26.853,33	0,00	26.853,33	0,00	0,00	0,00	0,00
Total 41 - Investimentos Financeiros	1.374.157,52	108.408,25	27.520,00	1.455.045,77	1.292.866,30	81.330,64	39,42	1.374.157,52

Nos termos da cláusula 17ª do contrato de concessão a concessionária fica obrigada a entregar em cada ano o montante correspondente à anuidade de amortização do capital social para criação de um fundo de reconstituição do capital. Assim encontra-se contabilizado na rubrica de Outros Investimentos Financeiros o depósito bancário criado para o efeito, atualmente com o saldo de 1.426.732,04€.

A utilização do referido fundo para restituição do capital social dependerá, todavia, da existência, a final, de capital próprio que o comporte.

Acresce que, as entregas mensais, efetuadas pela entidade empregadora, para o Fundo de Compensação do Trabalho (FCT), introduzidas pela Lei n.º 70/2013 de 30 de Agosto, devem ser reconhecidas como um ativo financeiro dessa entidade e como tal, encontram-se reconhecidas na rubrica de outros investimentos financeiros.

Por último, encontra-se registado o montante de 26.853,33, correspondente a um depósito bancário, para fazer face à provisão do novo aterro.

19.2 Clientes

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica “Clientes” tinha a seguinte composição:

Rubricas	31.12.2017			31.12.2016		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
211 - Clientes Conta Corrente	1.223.848,20	0,00	1.223.848,20	1.205.079,62	0,00	1.205.079,62
217 – Clientes Cobrança Duvidosa	133.391,53	0,00	133.391,53	132.717,40	0,00	132.717,40
218 – Adiantamento de Clientes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
219 – Perdas por Imparidade	-133.391,53	0,00	-133.391,53	-132.717,40	0,00	-132.717,40
Saldo Clientes	1.223.848,20	0,00	1.223.848,20	1.205.079,62	0,00	1.205.079,62

19.3 Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a rubrica “Fornecedores” tinha a seguinte composição:

Rubricas	31.12.2017			31.12.2016		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
221 - Fornecedores conta corrente	478.166,08	0,00	478.166,08	471.703,11	0,00	471.703,11
Saldo Fornecedores	478.166,08	0,00	478.166,08	471.703,11	0,00	471.703,11

19.4 Estado e Outros entes Públicos

A rubrica de Estado e Outros Entes Públicos, é composta pelos seguintes valores:

Estado e outros entes públicos	31.12.2017		31.12.2016	
	Saldo Débito	Saldo Crédito	Saldo Débito	Saldo Crédito
241 – Imposto sobre o rendimento	28.392,96	0,00	121.705,98	0,00
242 – Retenção de impostos	0,00	8.149,50	0,00	26.856,17
243 – Imposto sobre o valor acrescentado	8.408,13	0,00	0,00	9.410,92
245 – Contribuições para a Segurança Social	0,00	31.253,66	0,00	29.454,96
248 – Outras tributações	0,00	0,00	0,00	34,16
Totais	36.801,09	39.403,16	121.705,98	65.756,21

Não existem quaisquer dívidas em mora perante o Estado e perante a Segurança Social.

19.5 Outras Contas a Receber

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, a rubrica “Outros créditos a receber” tinha a seguinte composição:

Outras Contas a Receber	31.12.2016		31.12.2015	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
2211 - Fornecedores	25,52	0,00	0,00	0,00
2312 - Pessoal	32,64	0,00	0,00	0,00
2721 - Devedores Por Acréscimo de Rendimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
2781 – Devedores Diversos	4.151.740,57	0,00	466.408,03	0,00
Totais	4.151.798,73	0,00	466.408,03	0,00

Na rubrica “devedores diversos”, inclui um saldo devedor no montante de € 18.155,25, o qual se refere a uma fraude bancária de que a Braval foi alvo. Esta fraude atingiu fundos depositados na conta bancária da Braval, no Banco Millennium BCP, tendo sido oportunamente desencadeado o devido processo criminal.

Tal processo encontra-se em fase de inquérito junto das instâncias com competência para a ação penal, tendo a Braval manifestado nos autos, nos termos legalmente previstos, o propósito de deduzir, no momento processual próprio, pedido de indemnização civil, sem prejuízo do acionamento de outros meios judiciais que se venham a revelar adequados para obter a restituição/ressarcimento dos fundos em causa.

O montante global originalmente contabilizado ascendia a € 49.500,00. No entanto, durante o ano de 2014, a Braval recuperou o montante de € 31.344,75, sendo certo que, o processo judicial continua a correr os seus termos.

Encontra-se ainda em aberto o montante de € 448.252,78 referente à 1.ª fase do projeto Unidade de tratamento mecânico e biológico, uma vez que este projeto não foi ainda encerrado pelo organismo responsável.

Foi reconhecido um novo subsídio, para, Otimização, Recolha Seletiva e Triagem no montante de 3.589.348,01€.

19.6 Outras Contas a Pagar

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a rubrica “Outras contas a pagar” tinha a seguinte composição:

Rubricas	31.12.2017		31.12.2016	
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
21 - Clientes	0,00	0,00	206,51	0,00
271 – Fornecedores de Investimento	143.680,07	0,00	118.233,03	0,00
2722 – Credores por Acréscimos de Gastos	271.031,77	0,00	248.920,10	0,00
2781 – Ajustamento imposto subs. Investimento	0,00	3.890.495,61	0,00	3.448.038,80
2783 – Taxa de Gestão Resíduos	1.263.579,34	0,00	963.080,19	0,00
Saldo Outras Contas a Pagar	1.678.291,18	3.890.495,61	1.330.439,83	3.448.038,80

A rubrica “Taxa de Gestão de Resíduos” refere-se a taxas cobradas pela sociedade aos seus clientes, em substituição da Agência Portuguesa para o Ambiente (APA) e que, todavia, não foram ainda cobrados pela referida entidade.

19.7 Instrumentos Capital Próprio

O capital social é representado por 350.000 ações, com o valor nominal de 5 € por cada ação, totalizando o valor de 1.750.000 €, encontrando-se este, totalmente subscrito e realizado.

Em 31 de Dezembro de 2017 e em 31 de Dezembro de 2016, a rubrica de capital próprio apresentava a seguinte decomposição:

Capital Próprio	31.12.2017	31.12.2016
Capital	1.750.000,00	1.750.000,00
Reservas	283.447,71	273.384,69
Resultados Transitados	741.788,18	741.788,18
Outras Variações no Capital Próprio	13.400.595,99	11.876.578,10
Resultado Líquido do Exercício	79.576,10	201.260,32
Total do Capital Próprio	16.255.407,98	14.843.011,29

A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Sociedade, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

19.8 Financiamentos Obtidos

O mapa que se segue evidência um nível de endividamento bancário da BRAVAL bastante significativo, o qual está diretamente relacionado com os fortes investimentos em curso levados a cabo pela Administração.

Rubricas	31.12.2017			31.12.2016		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos bancários						
Santander Totta CCC 500	0,00	0,00	0,00	210.000,00	0,00	210.000,00
Santander Totta PME	200.000,00	400.000,00	600.000,00	200.000,00	550.000,00	750.000,00
Santander Totta 1.000	196.665,29	476.917,62	673.582,91	195.337,68	674.910,52	870.248,20
Santander Totta 1.000 Novo	245.352,00	652.613,53	897.965,53	0,00	0,00	0,00
Novo Banco	0,00	0,00	0,00	190.476,20	238.095,20	428.571,40
Banco BPI	312.500,04	781.249,94	1.093.749,98	168.000,00	1.082.000,00	1.250.000,00
Santander Totta 1.000	207.221,59	57.467,63	264.689,22	202.773,71	269.137,10	471.910,81
CGD 1.100	244.444,44	590.740,75	835.185,19	244.444,44	835.185,19	1.079.629,63
CGD CCC	150.000,00	0,00	150.000,00	150.000,00	0,00	150.000,00
BIC 500	0,00	0,00	0,00	67.869,51	0,00	67.869,51
BIC 300	74.193,27	84.778,16	158.971,43	66.835,30	166.329,40	233.164,70
Crédito Agrícola 1700 CCC	950.000,00	0,00	950.000,00	1.250.000,00	0,00	1.250.000,00
Montepio	158.473,46	0,00	158.473,46	159.823,17	165.159,69	324.982,86
Banco Popular 1.000	251.653,10	46.506,12	298.159,22	247.631,62	302.180,70	549.812,32
Banco Popular 350	87.203,25	75.567,17	162.770,42	85.867,76	164.105,91	249.973,67
Banco Popular 230	57.127,36	59.599,04	116.726,40	56.146,24	117.707,52	173.853,76
Banco Popular 1.000 Novo	246.665,64	548.628,55	795.294,19	0,00	0,00	0,00
Subtotal Empréstimos bancários	3.381.499,44	3.774.068,51	7.155.567,95	3.495.205,63	4.564.811,23	8.060.016,86
Locações Financeiras						
Santander Totta	80.402,80	164.796,36	245.199,16	43.972,92	105.629,04	149.601,96
Subtotal Locações Financeiras	80.402,80	164.796,36	245.199,16	43.972,92	105.629,04	149.601,96
Saldo Financiamentos obtidos	3.461.902,24	3.938.864,87	7.400.767,11	3.539.178,55	4.670.440,27	8.209.618,82

20. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, complementos de trabalho noturno, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal, abonos para falhas, e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo órgão de gestão. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável e ainda as contribuições para o Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de Dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Em 31 de Dezembro de 2017 a BRAVAL – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A. registava um efetivo de 141 colaboradores.

O saldo da conta de custos com o pessoal subdivide-se nas seguintes rubricas:

Rubricas	31.12.2017	31.12.2016
Remunerações dos órgãos sociais	22.769,22	22.000,00
Remunerações do pessoal	1.128.430,58	1.080.185,81
Encargos sobre remunerações Órgãos Sociais	5.407,69	4.750,00
Encargos sobre remunerações Pessoal	329.045,09	317.331,28
Seguros Acidentes Trabalho	46.937,22	38.691,05
Outros Gastos com o Pessoal	660.440,15	567.271,72
Total	2.193.029,95	2.030.229,86

Encontra-se registado na rubrica 6384 – Outros gastos com o pessoal – Subcontratos, o montante de 463.512,30€, referente a trabalho temporário. Ainda que questionável do ponto de vista do normativo aplicável o órgão de gestão considera que permitirá uma análise funcional mais adequada do ponto de vista substancial até porque existe a possibilidade futura de integração nos quadros de alguns elementos agora temporários.

21. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

De acordo com o estipulado no artigo 66º-A do Código das Sociedades Comerciais (CSC), divulgamos que o gasto incorrido com honorários de revisão legal de contas ascendeu, para o período em análise, a 8.400 euros (8.400 euros em 2016).

Nos termos do artigo 210º do Código Contributivo (Lei nº 110/2009, de 16 de setembro), a Sociedade, em 31 de dezembro de 2017, não tinha qualquer dívida em mora à segurança social.

A Sociedade informa, nos termos de Decreto-Lei nº 53/80 de 7 de novembro, que não apresenta dívidas ao estado em situação de mora.

Para efeitos da alínea d) do nº 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, durante o período 2017, a Sociedade não efetuou transações com ações próprias, sendo nulo o número de ações próprias detidas em 31 de dezembro de 2017.

Honorários faturados pelos revisores oficiais de contas	Período 2017			Período 2016		
	Honorários faturados	Efeitos periodizações	Totais	Honorários faturados	Efeitos periodizações	Totais
Revisão legal das contas	8.400,00	0,00	8.400,00	8.400,00	0,00	8.400,00
Serviços de garantia de fiabilidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Consultoria fiscal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Totais	8.400,00	0,00	8.400,00	8.400,00	0,00	8.400,00

22. OUTRAS INFORMAÇÕES

22.1 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a rubrica “Diferimentos” tinha a seguinte composição:

	31.12.2017	31.12.2016
Diferimentos (Ativo)		
2815 – Seguros	19.262,02	18.818,00
2819 – Outros gastos a reconhecer	58.036,67	74.232,95
Total	77.298,69	93.050,95

22.2 Acionistas

As contas de acionistas apresentam o saldo que se segue:

Rubricas	31.12.2017			31.12.2016		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
264292 - C.M. Póvoa de Lanhoso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
264293 - C.M. Vieira do Minho	131.429,31	0,00	131.429,31	120.531,07	0,00	120.531,07
264294 - Agere	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
264295 - C.M. Vila Verde	115.288,86	0,00	115.288,86	105.728,99	0,00	105.728,99
264296 - C.M. Amares	85.313,76	0,00	85.313,76	78.239,46	0,00	78.239,46
264297 - C.M. Terras Bouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo Acionistas	332.031,93	0,00	332.031,93	304.499,52	0,00	304.499,52

22.3 Outros Rendimentos

A conta de outros rendimentos e ganhos reflete por um lado os rendimentos decorrentes do arrendamento de uma das instalações da empresa (rendimentos registados na conta 781 – rendimentos suplementares) e, por outro, os rendimentos derivados da imputação anual do subsídio ao investimento recebido, com base nas depreciações dos bens subsidiados e ainda os relativos a correções de exercícios anteriores.

Rubricas	31.12.2017	31.12.2016
781 – Rendimentos Suplementares	222.205,09	250.239,45
782 – Descontos pronto pagamento obtidos	465,00	42,80
787 – Rendimentos e ganhos em investimentos	22.950,00	16.419,39
788 – Outros rendimentos e ganhos	1.636.960,94	1.605.881,06
Totais	1.882.581,03	1.872.582,70

22.4 Outros Gastos

Essencialmente estão reconhecidos na conta de outros gastos e perdas os montantes referentes a impostos suportados no exercício, bem como o montante respeitante às correções relativas a exercícios anteriores.

Rubricas	31.12.2017	31.12.2016
681 – Impostos	90.298,40	117.612,99
687 – Gastos e perdas em investimentos	0,00	21.783,84
688 – Outros	34.509,16	44.418,24
Totais	124.807,56	183.815,07

22.5 Juros e Gastos Similares Suportados

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, esta rubrica tinha a seguinte decomposição:

Rubricas	31.12.2017	31.12.2016
691 - Juros Suportados	113.524,22	160.418,46
698 - Outros gastos e perdas de financiamento	17.847,66	22.413,63
Totais	131.371,88	182.832,09

22.6 Juros e Rendimentos Similares Obtidos

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, esta rubrica tinha a seguinte decomposição:

Rubricas	31.12.2017	31.12.2016
791 - Juros obtidos	9.564,46	7.276,61
798 – Outros Rendimentos Similares	1,90	0,60
Totais	9.566,36	7.277,21

22.7 Fornecimentos e Serviços Externos

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, esta rubrica tinha a seguinte decomposição:

Rubricas	31.12.2017	31.12.2016
Trabalhos especializados	195.305,59	318.818,29
Publicidade e propaganda	32.252,36	32.781,97
Honorários	0,00	1.991,84
Conservação e reparação	440.048,14	343.390,49
Ferramentas e Utensílios de Desgaste Rápido	40.394,11	21.493,04
Livros e documentação técnica	3.000,00	3.000,00
Material de escritório	4.700,42	8.614,81
Artigos para oferta	7.945,26	4.490,81
Outros materiais	0,00	410,00
Equipamentos Proteção Individuais	21.823,99	17.912,84
Arame Triagem	29.198,40	11.184,82
Outros materiais	7.443,00	3.828,50
Eletricidade	291.610,11	280.633,22
Combustíveis	388.130,32	337.227,65
Água	38.974,04	52.699,83
Outros odores	0,00	63.072,00
Outros Reagentes	28.739,19	31.098,55
Deslocações e Estadas	3.287,50	1.503,55
Rendas e alugueres	43.404,00	77.460,00
Comunicação	15.639,86	16.570,34
Seguros	78.478,27	65.659,35
Contencioso e notariado	80,00	155,00
Despesas de representação	4.361,31	6.948,01
Limpeza, higiene e conforto	32.396,65	31.557,36
Total	1.707.212,52	1.732.502,27

22.8 Trabalhos para a própria entidade

Rubricas	31.12.2017	31.12.2016
74 – Trabalhos própria entidade	1.244,99	10.279,21
Totais	1.244,99	10.279,21

22.9 Responsabilidades da Empresa por Garantias Prestadas

- A Braval, para cumprimento dos deveres contratuais emergentes da concessão, prestou garantia bancária a favor do Ministério do Ambiente, emitida pelo Millennium BCP, no montante de 249.398,95 €.
- Para o novo aterro a Braval, prestou uma garantia bancária a favor da CCDR-N, emitida pelo Millennium BCP, no montante de 130.500,00 €.
- Após consulta dos advogados da BRAVAL quanto às situações pendentes em que a BRAVAL é Ré ou Arguida, constata-se que não existem processos em curso dos quais possam resultar quaisquer responsabilidades para a BRAVAL.

22.10 Outras Informações

Conforme disposto no contrato de concessão, a elaboração dos projetos tarifários deve tomar em conta uma remuneração dos capitais próprios aplicados na empresa, a qual será calculada com base na aplicação, ao capital social e reserva legal, de uma taxa correspondente à base de emissão de bilhetes de tesouro (TBA) ou uma equivalente que a venha substituir, acrescida de 3 pontos percentuais a título de prémio de risco. O valor das remunerações do capital calculado nos termos da concessão era o seguinte, por acionista em 31 de Dezembro de 2017:

Acionista	Remuneração devida em 2016	Dividendos distribuídos	Remuneração do exercício	Remuneração acumulada
Agere	43.016,65	43.016,65	41.598,52	41.598,52
C.M. Póvoa de Lanhoso	2.286,96	2.286,96	2.211,57	2.211,56
C.M. Vieira do Minho	32.196,02	-	3.851,39	36.047,41
C.M. Vila Verde	26.220,01	-	3.325,03	29.545,04
C.M. Amares	19.402,81	-	2.460,52	21.863,33
C.M. Terras de Bouro	1.306,84	1.306,84	1.263,75	1.263,75
TOTAL	124.429,27	46.610,45	54.710,77	132.529,60

- As taxas utilizadas para o cálculo dos montantes acima referidos foram as seguintes:

Anos	Taxas sem risco (TBA)	Taxas com risco (base de cálculo)
2017	-0,36	2,64

22.11 Proposta Aplicação Resultado

O resultado líquido obtido no exercício de 2017 foi de 79.576,10€.

Propõem-se que este resultado tenha a seguinte distribuição:

·Reservas Legais: 3.978,81€

·Dividendos: 75.597,29€

Braga, 19 de março de 2018

CONTABILISTA CERTIFICADO

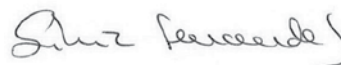


Dr. Filipe Roberto Moreira Rocha

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



(Dr. Rui Manuel de Sá Moraes)



(Dra. Ana Sílvia Barbosa Fernandes)



(Sr. Luís Jorge Amaro da Costa)



04 RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

EXERCÍCIO DE 2017

De harmonia com o disposto na legislação aplicável e na qualidade de fiscal único da sociedade **Braval – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.**, vimos submeter à apreciação de V. Ex^{as} o Relatório e Parecer sobre o Relatório, as Contas e as propostas apresentadas pela Administração, relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

1. No quadro das normas legais e estatutárias aplicáveis, procedemos,

- a) à fiscalização dos atos da Administração, com base nos elementos da contabilidade da Empresa e nos esclarecimentos que a propósito solicitamos;
- b) à averiguação da observância da lei e do cumprimento dos estatutos da sociedade;
- c) à verificação dos documentos, registos e livros de escrituração;
- d) à análise das Demonstrações Financeiras, dos princípios contabilísticos subjacentes à sua elaboração, bem como do Relatório de Gestão;
- e) à apreciação da Certificação Legal das Contas, que anexamos para integrar o presente Relatório e Parecer.

2. Na sequência dos procedimentos referidos, entendemos ser de referir que:

- a) a Contabilidade, as Demonstrações Financeiras e o Relatório de Gestão satisfazem as disposições legais e estatutárias e refletem a atividade da entidade no exercício em causa, bem como a sua situação económica e financeira – nos termos que decorrem da certificação legal das contas;
- b) o interesse social da atividade exercida, no quadro do contrato de concessão, condiciona a política de preços, que assim assumem níveis diferentes dos que seriam determinados pela livre operação das regras de mercado, com efeitos negativos na rentabilidade da entidade;
- c) na qualidade de Fiscal Único, e em cumprimento do disposto no n.º 2 do art.º 54.º do Decreto-Lei n.º 133/2013 de 3 de Outubro, entendemos que o “Relatório de Boas Práticas de Governo Societário” cumpre os deveres de relato estabelecidos;



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

- d) deve ser mantido e atualizado um dossier relativo ao processo de selagem do aterro e correspondente recuperação paisagística, que permita suportar de modo adequado e suficiente não apenas os registos contabilísticos, como também o tratamento dado a estas situações do ponto de vista fiscal;
- e) a Certificação Legal das Contas, com a qual concordamos, sem expressar reservas sobre as Demonstrações Financeiras, alerta para que, em matéria de distribuição de resultados, devam ser tidas em conta as condicionantes financeiras, contratuais e legais, bem como para as diligências associadas à prorrogação do prazo do atual contrato de concessão, que termina em 2021;
- f) as contas devem ser analisadas à luz de todos os documentos antes referidos, especialmente o Relatório de Gestão e a Certificação Legal das Contas já referida e com a qual concordamos, enquanto Fiscal Único.

3. Tudo ponderado e como conclusão, somos de parecer que a Assembleia Geral deve:

- apreciar as Contas e o Relatório de Gestão, incluindo a proposta de distribuição de resultados apresentada pela Administração, tendo em conta os aspetos da certificação legal das contas acima salientados;
- avaliar o estado de tramitação do processo de prorrogação do prazo de concessão e/ou da sua renovação; e
- proceder à apreciação da Administração e da Fiscalização da Sociedade, nos termos do artº. 455º. do Código das Sociedades Comerciais.

Braga, 9 de abril de 2018

G. Castro, R. Silva, A. Dias & F. Amorim, SROC, Lda.

(SROC 153, CMVM 20161463)

Representada por

Fátima Amorim (ROC 1279, CMVM 20160890)

Gaspar Vieira de Castro (ROC 557, CMVM 20160219)



05 CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **BRAVAL – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 31 989 466 euros e um total de capital próprio de 16 255 408 euros, incluindo um resultado líquido de 79 576 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **BRAVAL – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.** em 31 de dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

17



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

Ênfases

1. Conforme temos vindo a referir em relatórios anteriores, consideramos que a política de distribuição de resultados deve ser avaliada no quadro das condicionantes financeiras, contratuais e legais a que a Entidade está sujeita, atendendo às deliberações que vêm sendo tomadas pela Assembleia Geral e à proposta contida no Relatório de Gestão do presente exercício, bem como aos efetivos pagamentos que, no exercício corrente e em exercícios anteriores, têm sido realizados.
2. O termo do prazo do contrato de concessão atualmente em vigor ocorrerá em 2021, pelo que a Administração se encontra a analisar as condições de prorrogação do referido contrato junto das autoridades competentes, com vista à manutenção da normal atividade da Entidade.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa

27



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

Ênfases

1. Conforme temos vindo a referir em relatórios anteriores, consideramos que a política de distribuição de resultados deve ser avaliada no quadro das condicionantes financeiras, contratuais e legais a que a Entidade está sujeita, atendendo às deliberações que vêm sendo tomadas pela Assembleia Geral e à proposta contida no Relatório de Gestão do presente exercício, bem como aos efetivos pagamentos que, no exercício corrente e em exercícios anteriores, têm sido realizados.
2. O termo do prazo do contrato de concessão atualmente em vigor ocorrerá em 2021, pelo que a Administração se encontra a analisar as condições de prorrogação do referido contrato junto das autoridades competentes, com vista à manutenção da normal atividade da Entidade.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa

27



Edifício da Câmara Municipal de Braga
Praça do Município | Apartado 1040 |
4711-908 BRAGA
tel. 253 639 220 | fax 253 639 229
braval@braval.pt
www.braval.pt
nº verde: 800 220 639